



AULA 12. O GOVERNO LULA E A RECUPERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Baseado em Gremaud - Economia Brasileira Contemporânea

Fazenda

Banco Central



Antonio Palocci Filho

01.01.2003 a 27.03.2006



Guido Mantega

27.03.2006 a 31.12.2014



Henrique Meirelles

01.01.2003 a 01.01.2011

O governo Lula: 1º momento

A volta ao Círculo Virtuoso

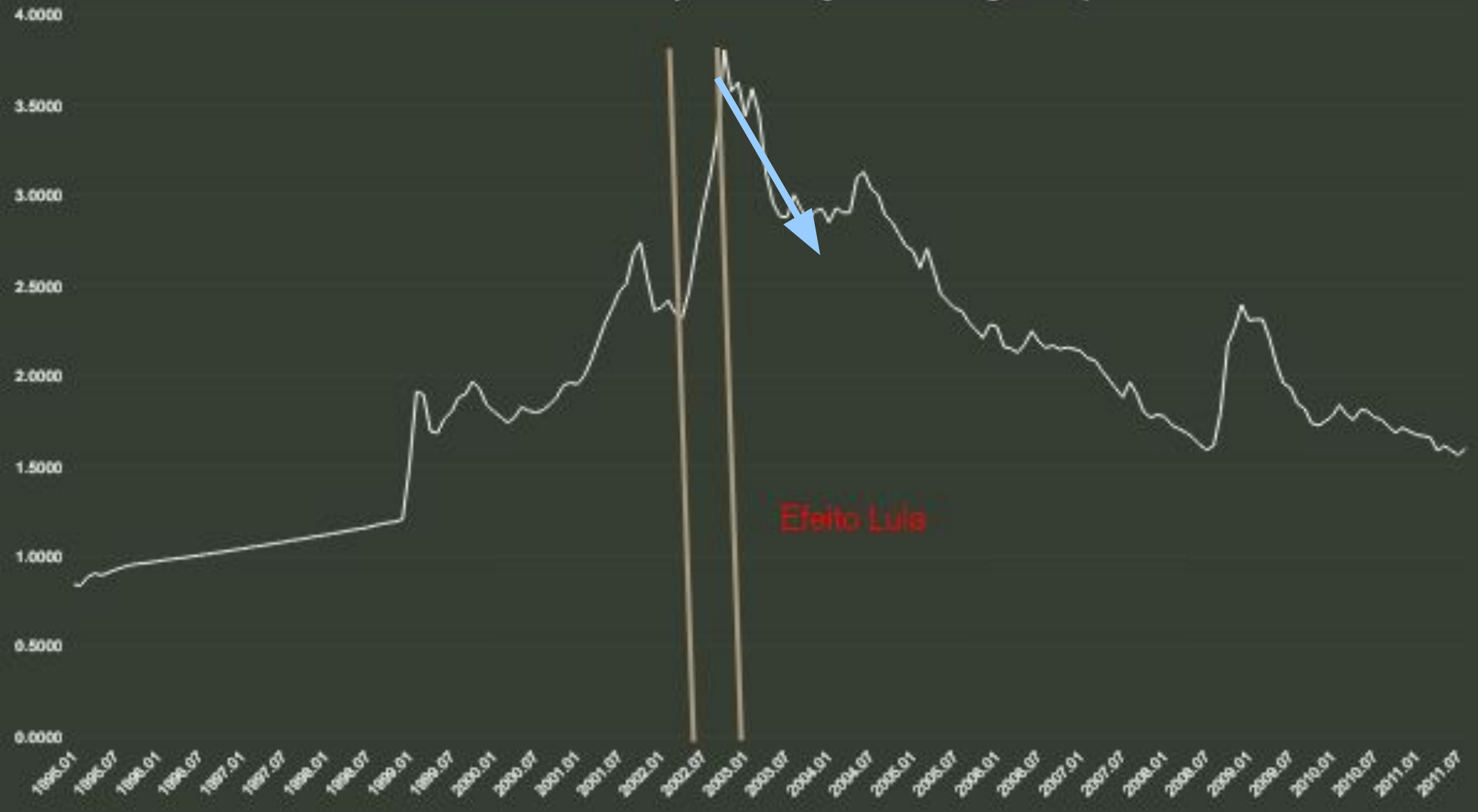
- Manutenção do tripé macroeconômico com **Palocci**:
 - Metas de inflação, câmbio flexível, superávit primário
 - **Revisão** das metas de inflação (1 dígito) – 8,5% (9,3% em 2003) e 5,5% a.a (2004).
 - Elevação juros: 26,5% (obriga a ampliar o superávit)
 - No gov. Lula (2003-2006) foi média de 11% a.a.
 - No FHC II (1999-2002) atingiu a média de 10% a.a.
 - No Lula II (2007-2010) foi de 6% a.a.
 - Ampliação do superávit primário – LDO: 4,25% para todo o governo

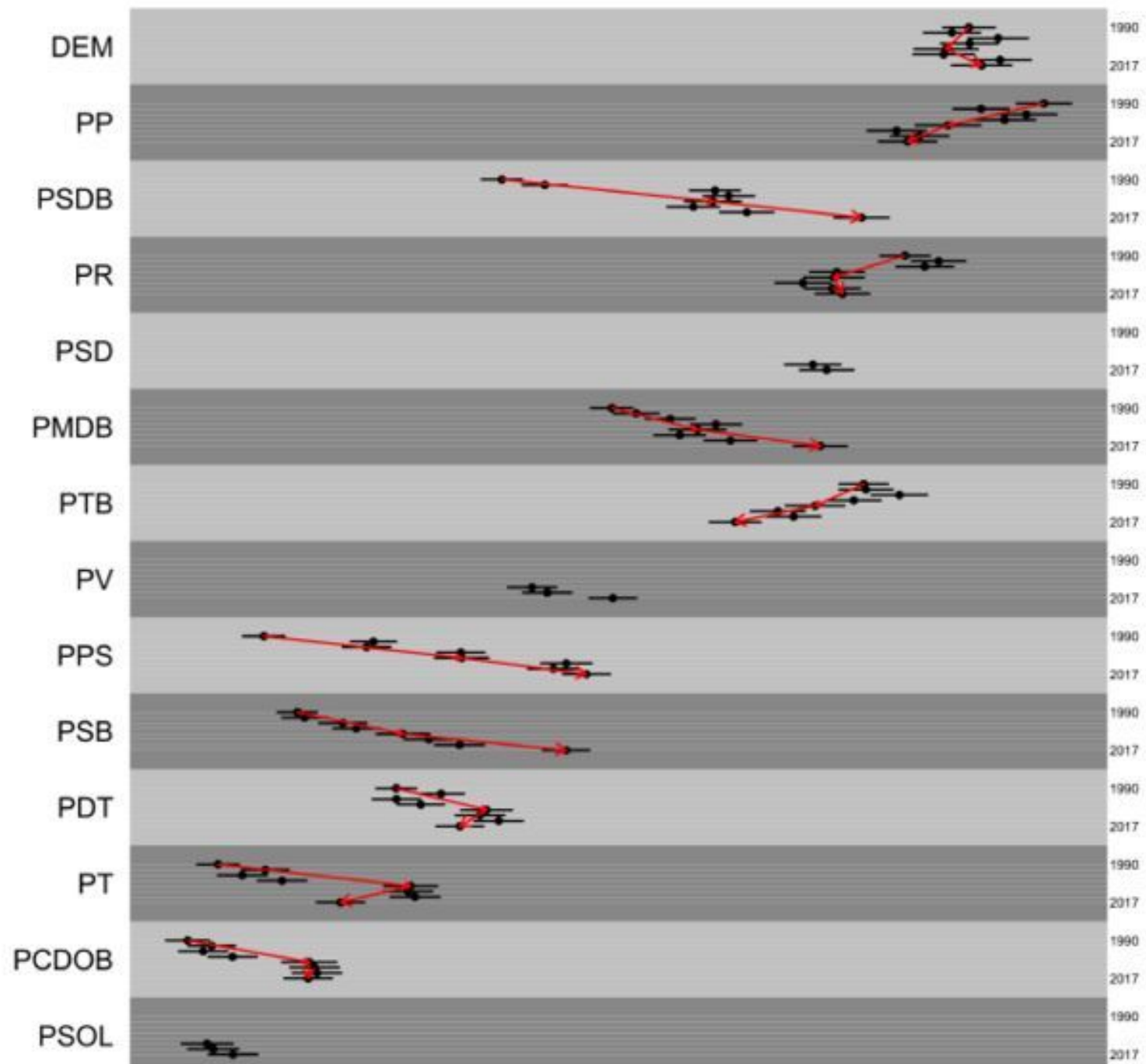
O governo Lula: 1º momento

A volta ao Círculo Virtuoso

- Choque de credibilidade: reversão risco país e cambio (2003)
 - **Risco país** desce (dos 2000) a 800 ptos, câmbio começa trajetória de queda;
 - Fim de 2002 bateu 3,89 R\$/US\$
 - Primeiro Trimestre recuou para a casa do 3.
 - Ver Gráfico

taxa de câmbio comercial - compra - média mês (janeiro de 1995 - agosto 2011)



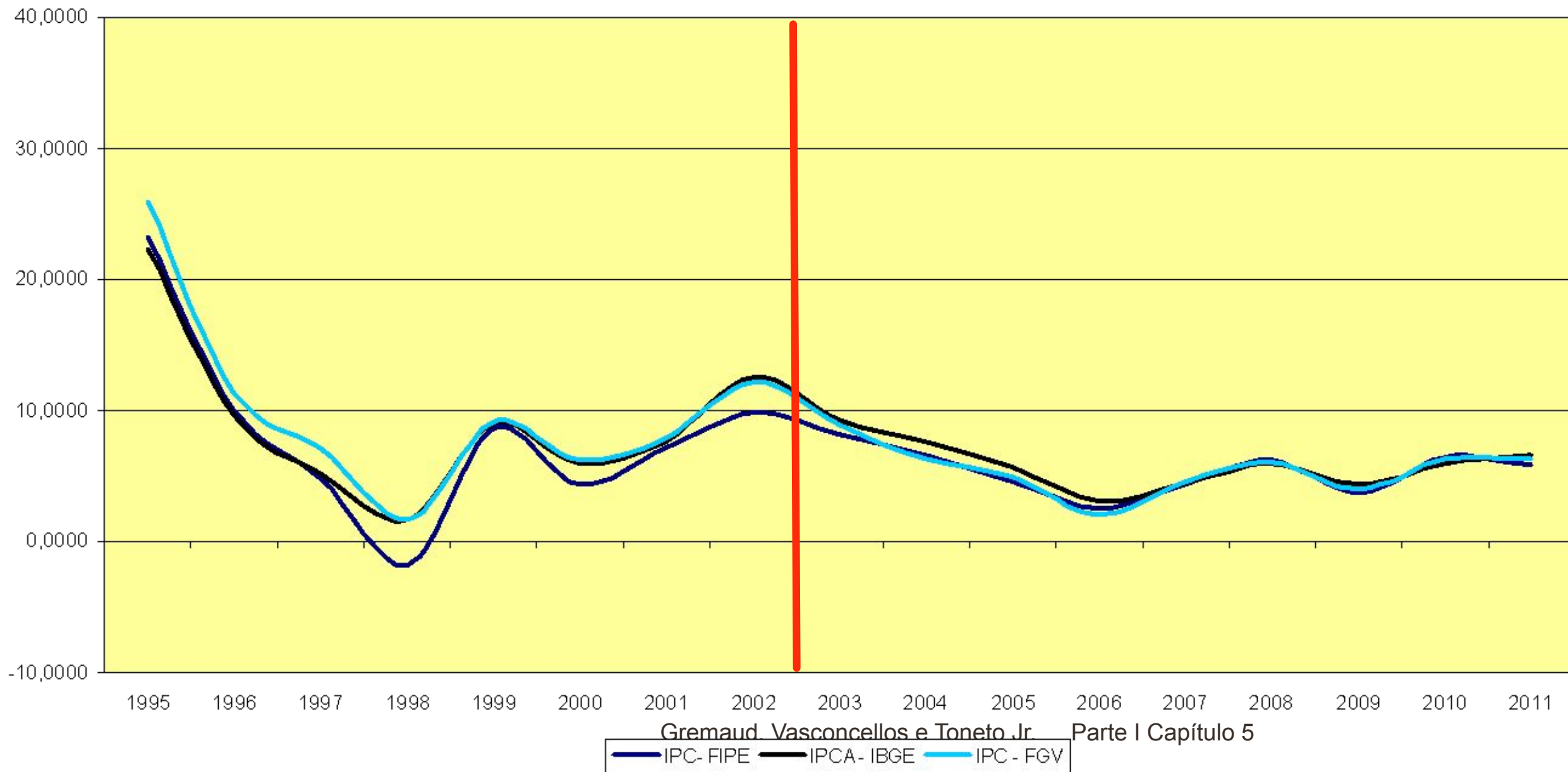


O governo Lula: 1º momento

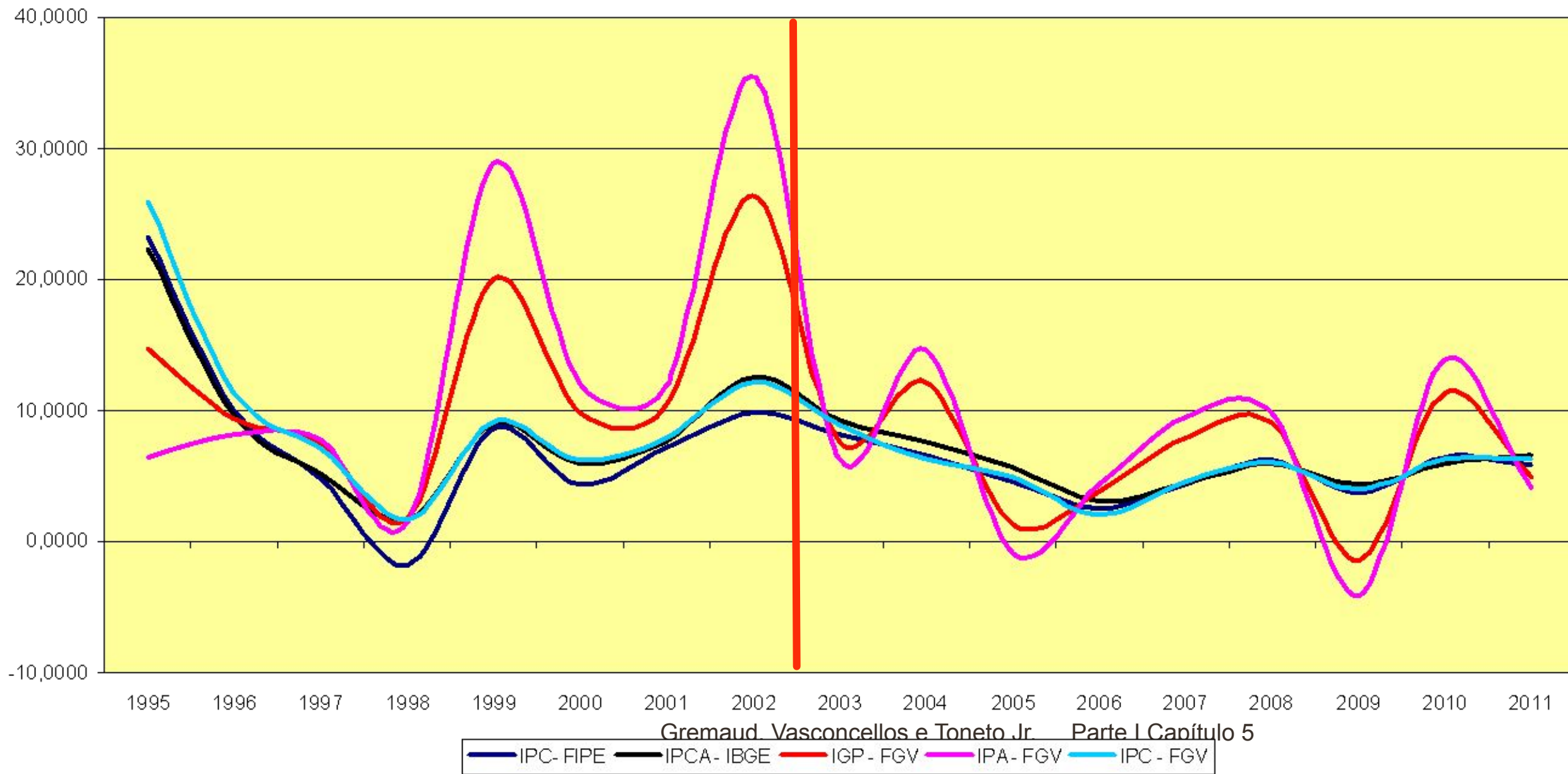
A volta ao Círculo Virtuoso

- Choque de credibilidade: reversão risco país e câmbio (2003)
 - **Risco país** desce (dos 2000) a 800 ptos, câmbio começa trajetória de queda;
 - Superávit comercial e superávit primário (mantidos e ampliados)
 - Diminuição dívida/PIB e Queda de inflação (2º semestre)
 - Possibilidade de lentamente voltar a reduzir os juros
 - **Círculo Virtuoso** – redução da dívida interna e mudança de perfil
 - Saldo comercial se amplia – superávit TC – redução do passivo externo
 - Permite retomada do crescimento mesmo que Lento - críticas
 - **Novos choques de juros**: inflação sofre novos choque de commodities e de demanda.

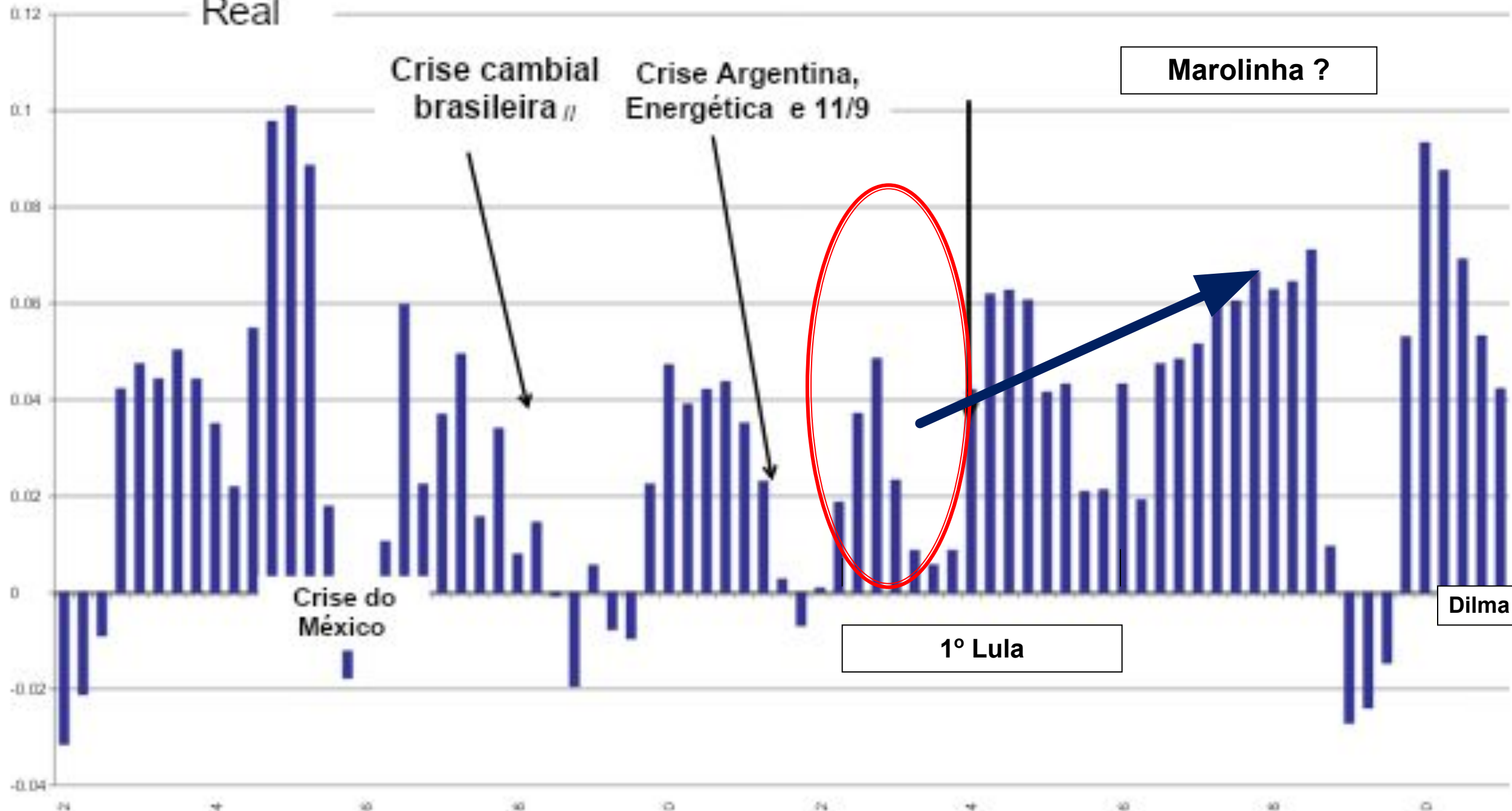
Inflação Anual no Brasil - varios indicadores 1995 - 2011



Inflação Anual no Brasil - varios indicadores 1995 - 2011



Real

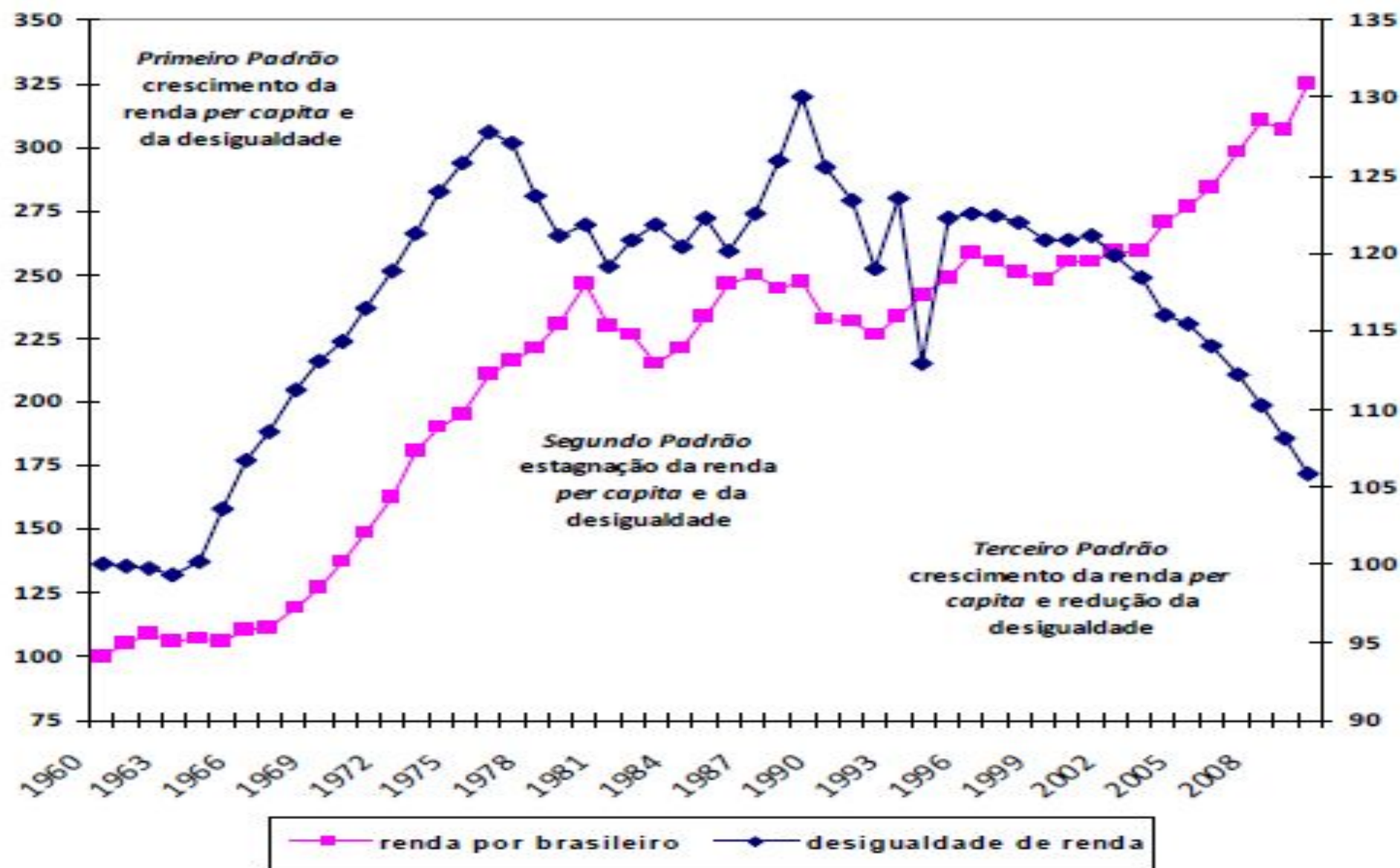


	1999- 2002	2003- 2005	2006- 2010	2011- 2014	2015- 2016
Salário mínimo (% ao ano, em termos reais)	1,8	6,8	5,9	3,0	1,2
Preço das commodities – FMI (% ao ano)	10,3	19,1	10,5	-7,0	-6,5
Investimentos federais (% ao ano, em termos reais)	-2,0	-4,7	27,6	1,0	-28,4
PIB (% ao ano, em termos reais)	2,3	3,4	4,5	2,3	-3,5
Consumo das famílias (% ao ano, em termos reais)	1,6	2,6	5,8	3,5	-3,8
Investimento total (% ao ano, em termos reais)	-1,2	2,0	9,1	2,2	-12,1
Exportações (% ao ano, em termos reais)	8,5	11,7	2,5	1,6	4,3
Inflação – IPCA (% ao ano)	8,8	7,5	4,7	6,2	8,5

Fonte: Carvalho,
Laura **A valsa**
Brasileira, 2018

Edmar Bacha: Mesmo que com problemas
(e críticas) iniciais em relação ao
crescimento econômico – depois taxas
superiores às médias históricas –
“milagrinho” - (interrompidas por forte crise
internacional) e ganhos distributivos

Gráfico 01 - Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal* (1960 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea)

*Índice de Gini

Governo Lula e seguinte

■ Interpretações

- Sorte: Vacas Gordas: ilusão dado pelo cenário internacional positivo que não prevaleceu por mais que um lustro
- Acertos e erros – De quem ? Quando?

1. Crescimento : Acertos

- a) Crescimento fruto das reformas e alterações institucionais dos anos 90 – frutos aparecem nos anos 2000;
- b) Crescimento fruto do modelo macro colocado em cena em 1999 (tripé) e dos ganhos de credibilidade conseguidos pelo país;
- c) Crescimento fruto das alterações (ou das combinações) no modelo colocados em cena a partir de 2003 – modelo de crescimento baseado em consumo de massas e distribuição, diminuição da exposição externa.

Governo Lula e seguinte

▪ Interpretações

- Sorte: Vacas Gordas: ilusão dado pelo cenário internacional positivo que não prevaleceu por mais que um lustro
- Acertos e erros – De quem ? Quando?

1. **Queda:** Erros (para alguns se iniciam no governo Lula e se explicitam no Dilma)

- a) Queda decorre da tentativa de reversão (ou não continuidade) das reformas institucionais dos anos 90 ;
- b) Exagero no uso do Estado como promotor do desenvolvimento e da distribuição;
- c) Abandono do tripé;
- d) nova matriz macroeconômica ou nova agenda desenvolvimentista – agenda FIESP;
- e) Queda decorre de não ter se conseguido efetivar de modo completo o modelo de consumo de massas
 - Dificuldades econômicas
 - Problemas políticos
 - Erros do governo
 - Boicote da mídia, empresariado e da parte da classe política

Reformas: tomada de três pinos?

- Reformas primeira geração encerradas

- Algumas medidas ainda na abertura financeira
- Volta atrás (re)Regulamenta
 - Agências Reguladoras

- Reformas de segunda geração:

- Anunciadas no pacote de credibilidade;
- Institucionalizadas parcialmente, algumas abandonadas, outras omitidas.

- **Reforma fiscal (tributária)**

- Envia ao congresso projeto “em discussão” – abandonado (Teto, complemento e Idade);
- Mantém pseudo-reforma em andamento: CPMF, mudança no Cofins

- **Reforma da previdenciária**

- Envia projeto, assunto delicado – serviço público;
- Passa mas é abandonada (faltou a legislação).

- **Autonomia legal ao BCB**

- Não feita (dep, da Fazenda (ministro e secretário), mas BCB vira Ministério e mantém autonomia operacional (COPOM);

- **Reforçar direitos dos credores** – diminuir prêmios de risco e baixar as taxas de juros

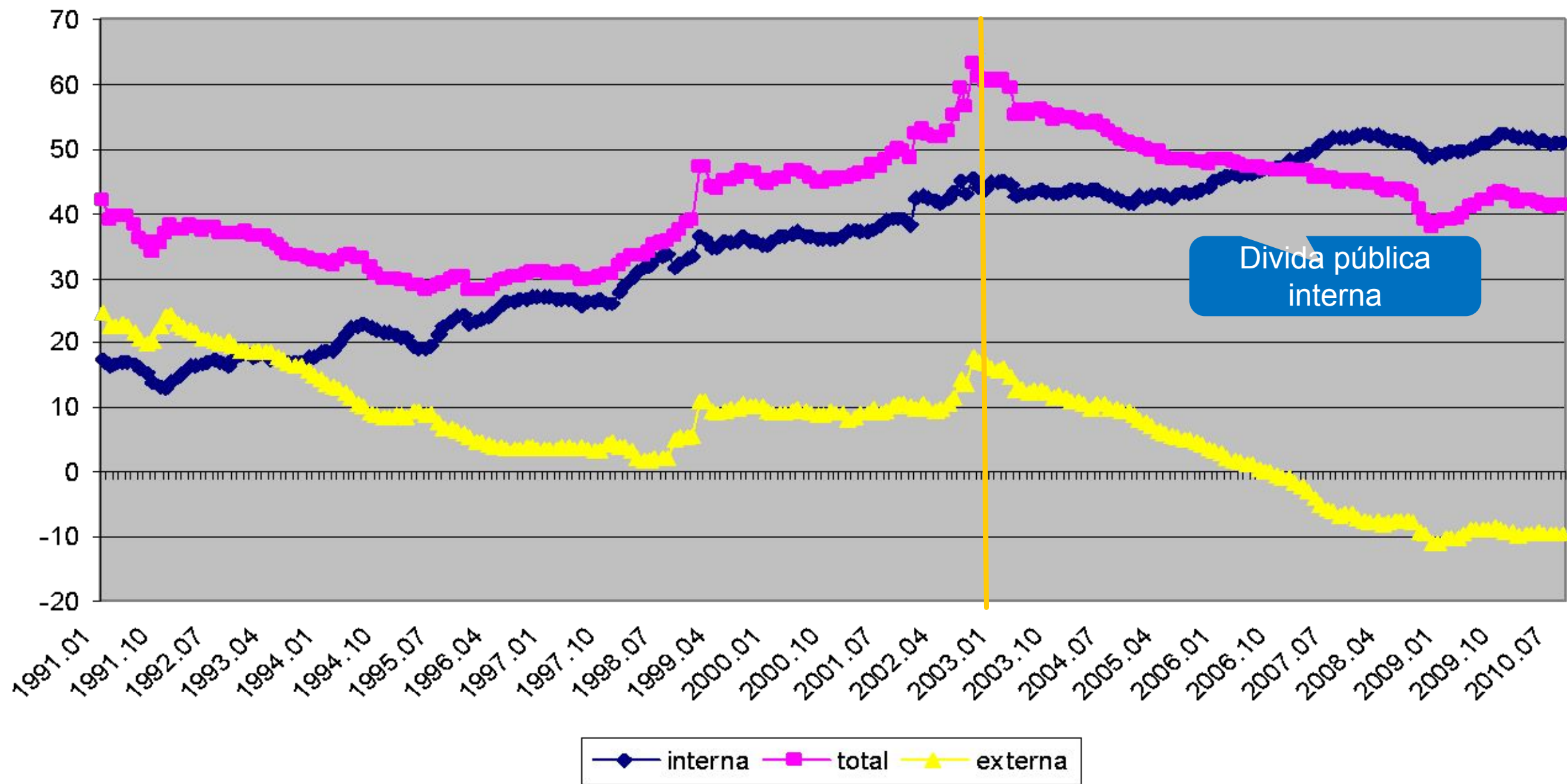
- Lei de falências e instituição da alienação fiduciária para créditos habitacional;
- Ampliação dos mecanismos de crédito.

As mudanças

- Reformas (?)
- **Passivo interno** – ganhos menores
- **Passivo externo** – ganhos grandes
- Intervenção do Estado e tipo de gasto:
 - LDO mantém superávit primário – de fato é mantido, mas PPA (Plano PluriAnual) 2004 – 2007 afirma a importância do papel do Estado no desenvolvimento o que pode ser visto em passagens como
 - “Cabe ao **Estado utilizar todos os instrumentos** e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento” ou
 - “Para implantar esse projeto de desenvolvimento é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como **condutor do desenvolvimento** social e regional e como indutor do crescimento econômico”.
 - Inicialmente ampliação transferências (assistência)
 - No início problemas com investimento público - Crescimento menor
 - Com tempo ampliação de arrecadação, queda de juros (lenta) – diminuição dos déficit nominal e também ampliação dos investimentos públicos

O passivo interno: as finanças públicas no governo Lula

Evolução da dívida pública líquida: externa e interna (% PIB) 1991 - 2010

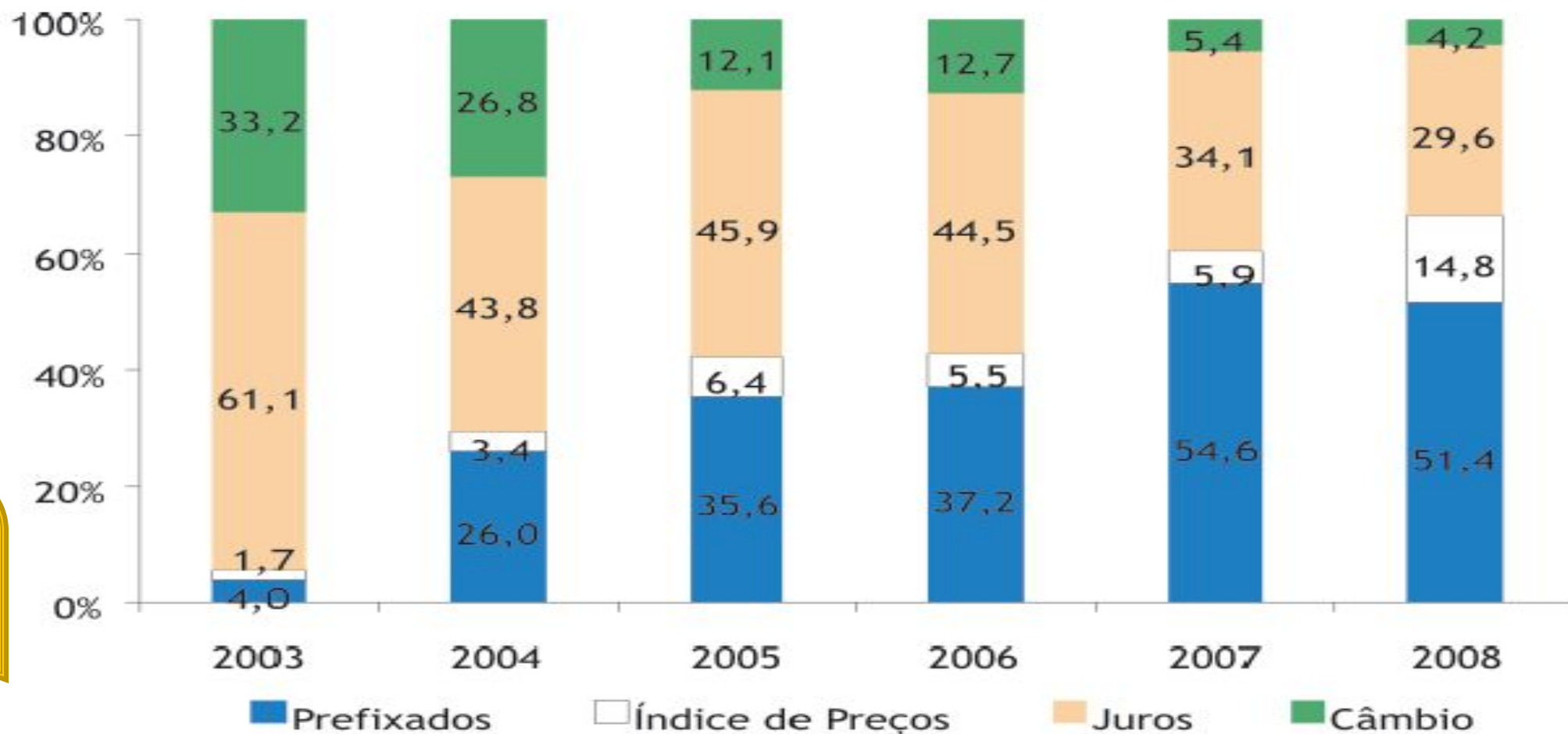


Perfil de Vencimentos da DPF a cada ano (em 12 meses)

Alteração do perfil da dívida pública interna

Redução da exposição cambial da dívida pública federal (interna)

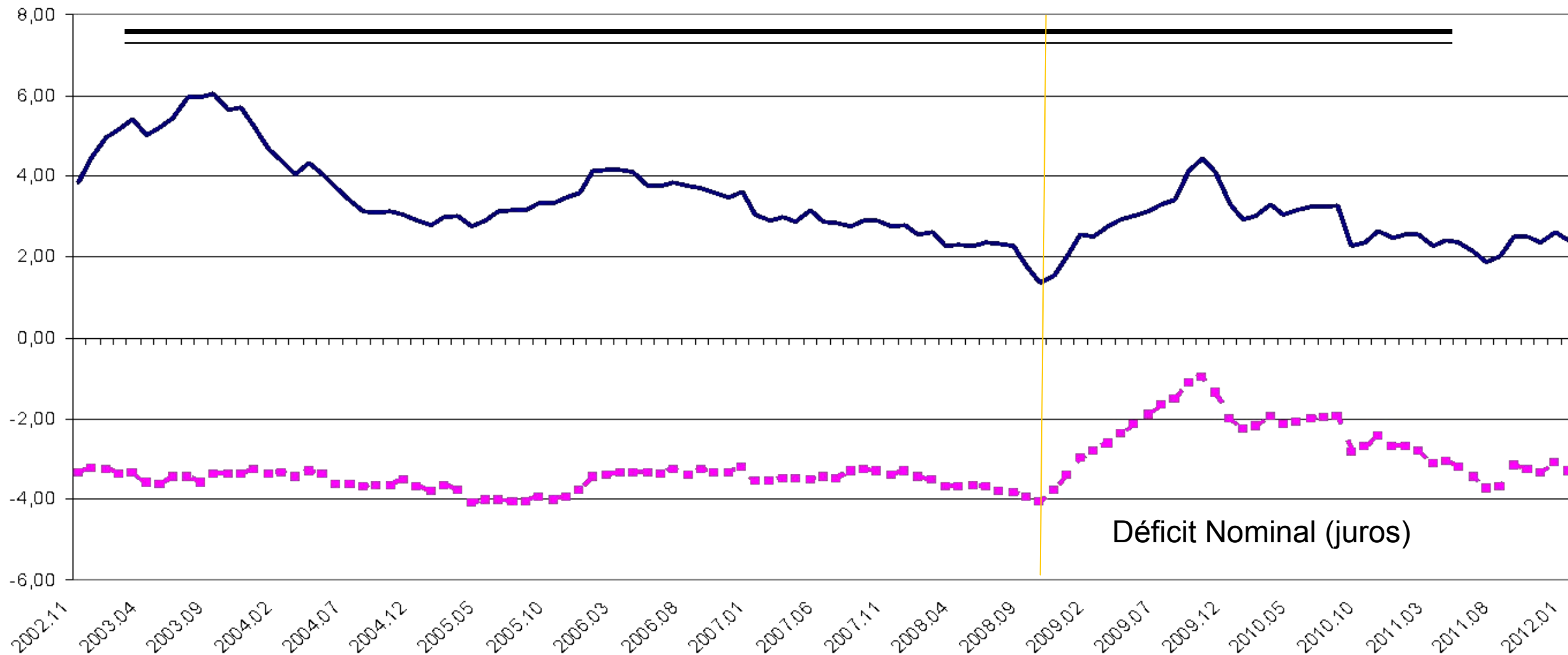
Aumento do prefixado e redução do "selicado" – diminui exposição à variação (aumentos) dos juros



Fonte: Tesouro Nacional.

Lula reduz Exposição: Diminuição do impacto da Selic e Câmbio sobre a variação da Dívida.

NFSP primário e nominal setor publico consolidado novembro 2002 a janeiro 2012

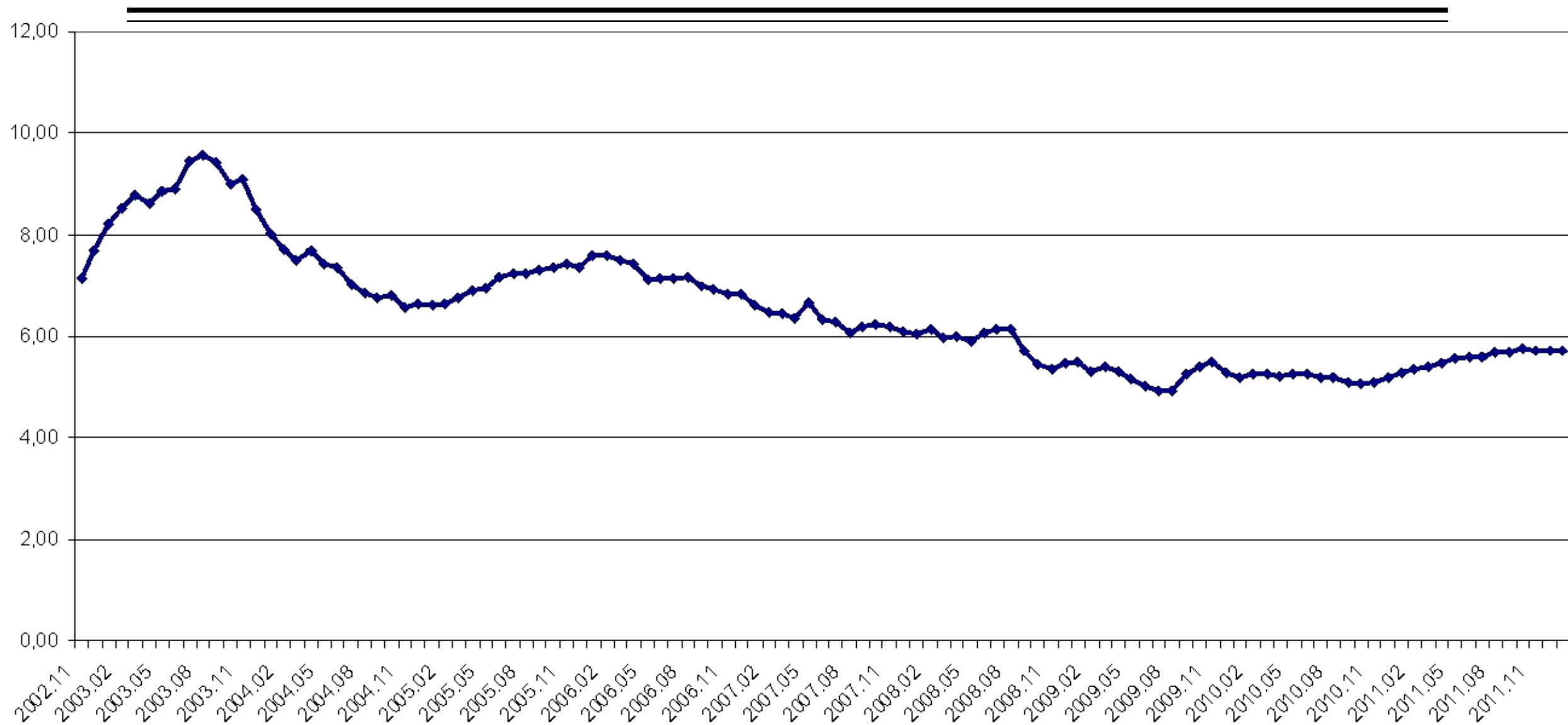


Déficit Nominal (juros)

Manutenção do superávit primário

Juros nominais pagos pelo governo (% do PIB)

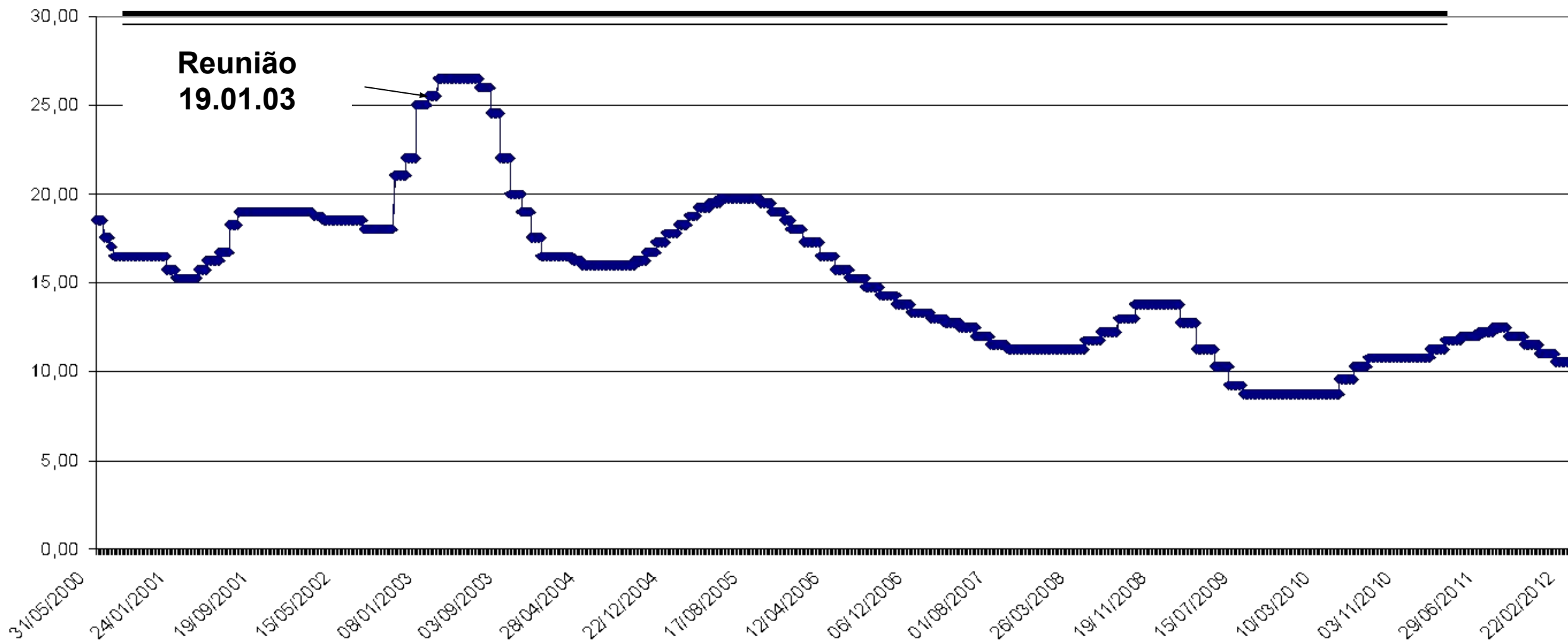
11/2002 - 01/2012



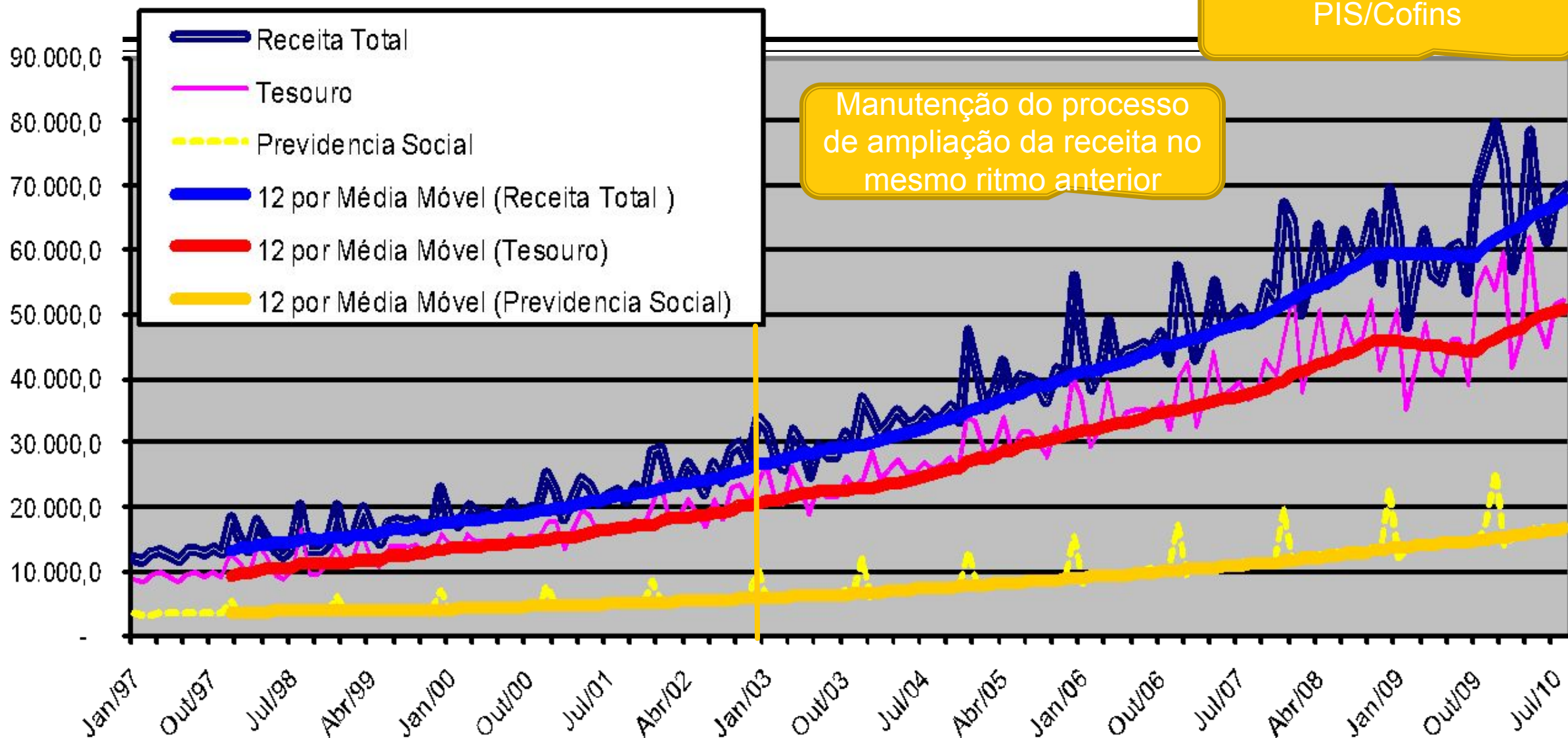
Taxa de juros - SELIC - fixada pelo COPOM

junho 2000 - fevereiro 2012

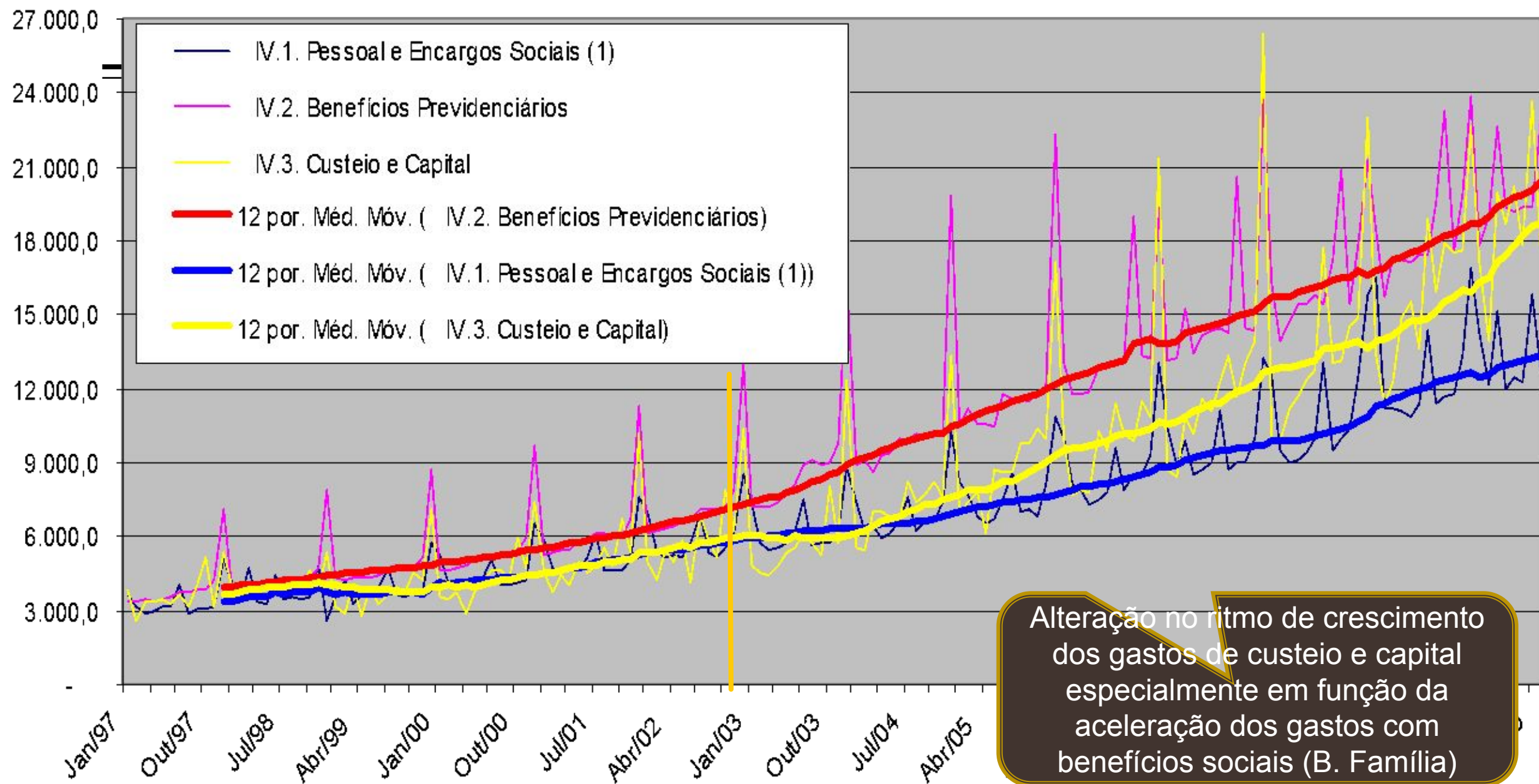
**Reunião
19.01.03**



Receita Total do Governo central: Tesouro e Previdencia Social.
Brasil R\$ milhões jan 97 - ago 10 dados mensais e média movel (12meses)



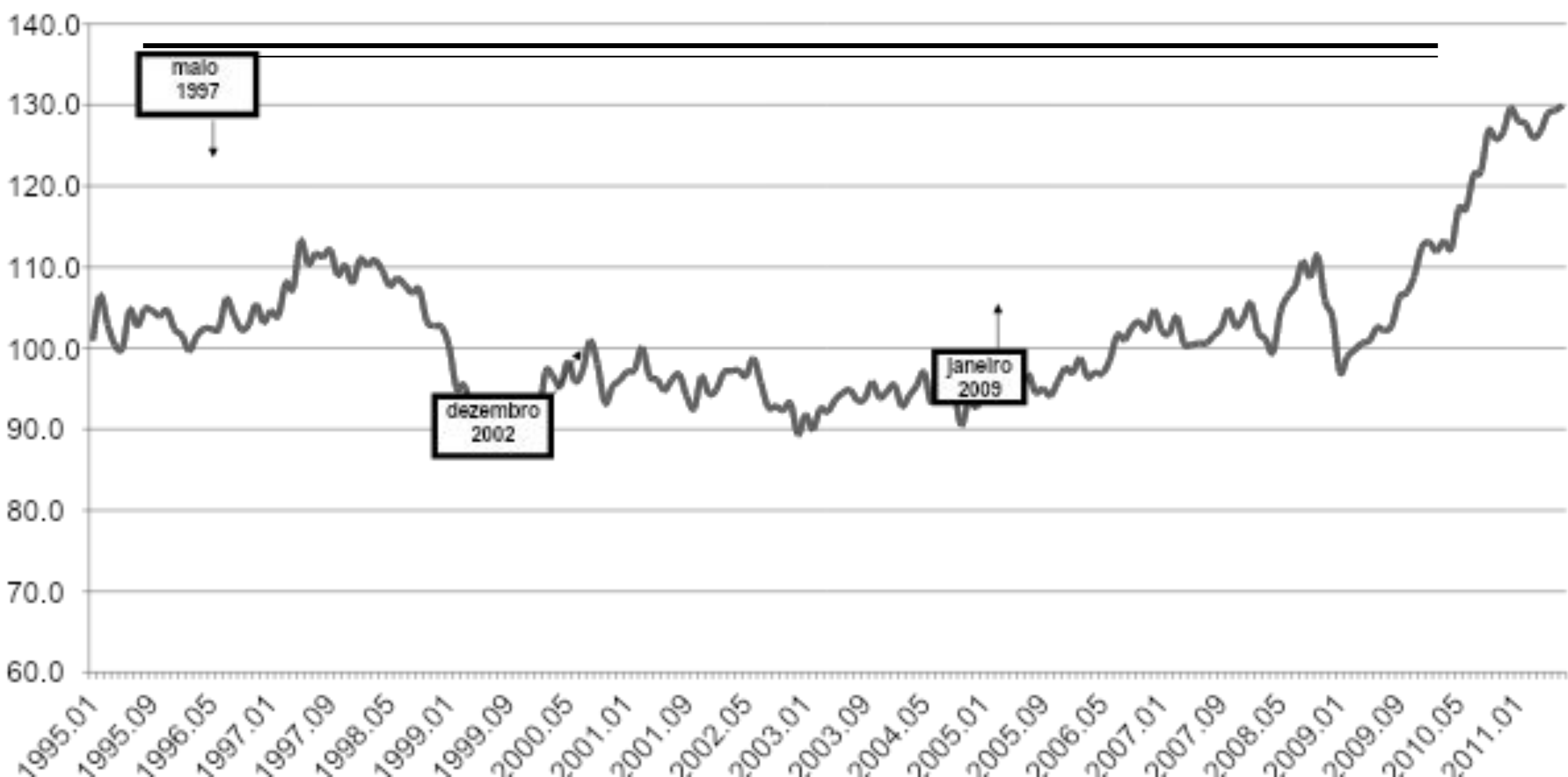
Despesa do Governo central (R\$ milhões) jan 87 - ago 10



Passivo externo

- O bom desempenho das exportações decorreu de um conjunto de fatores:
 - forte elevação do preço das *commodities*, (termos de Troca)
 - crescimento econômico mundial,

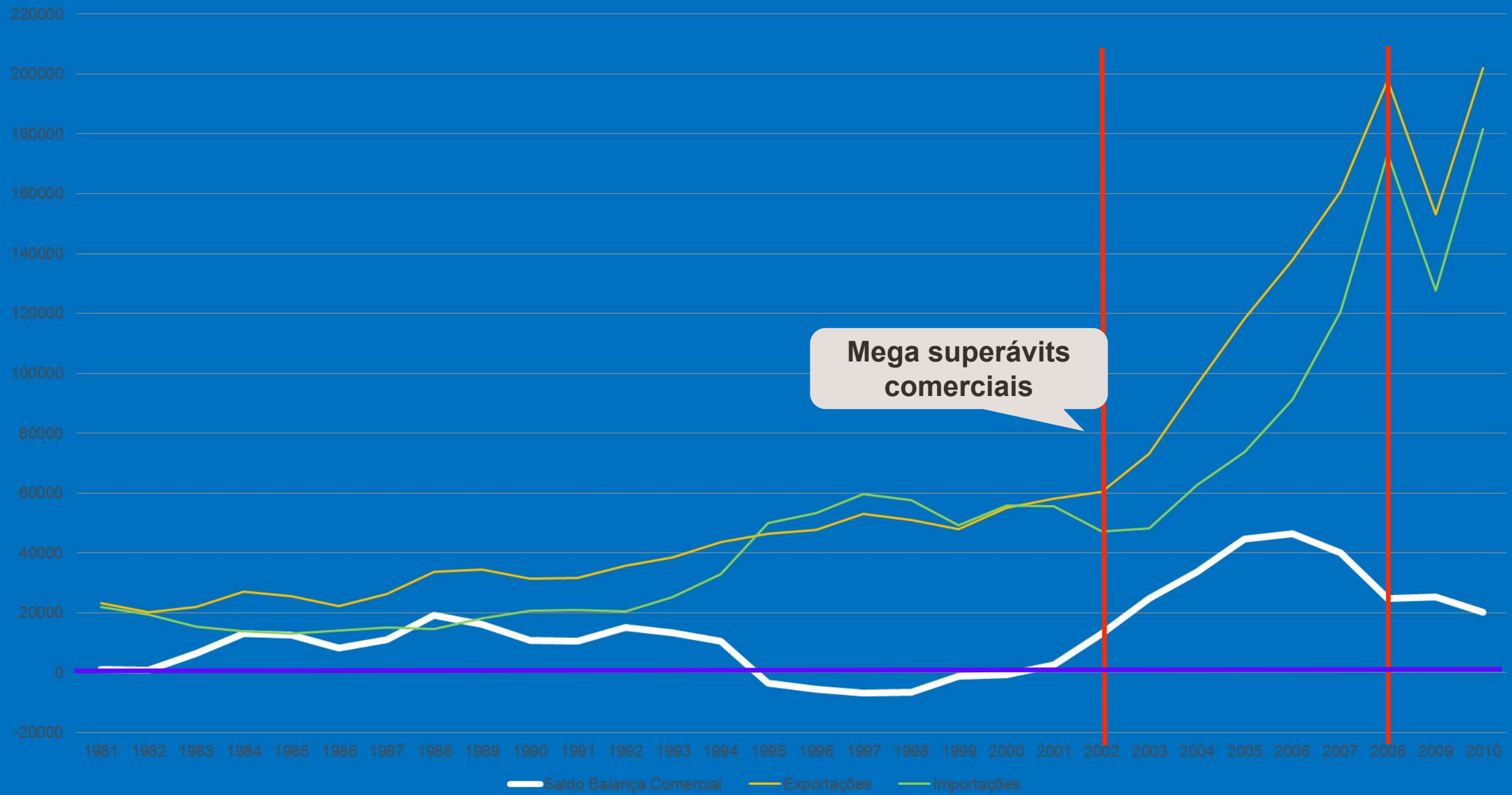
Termos de trocas - Brasil mensal janeiro 1995 - julho 2011



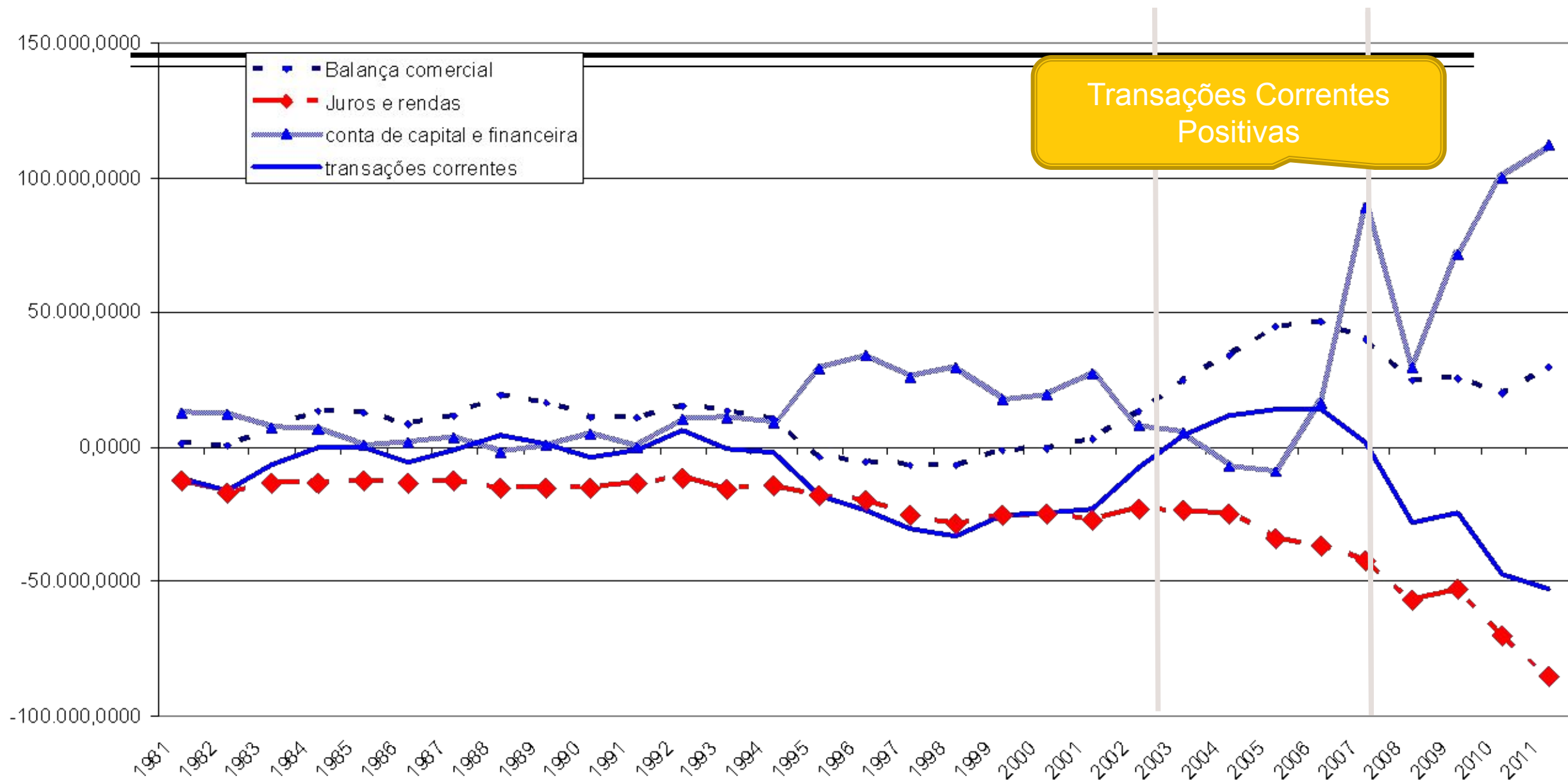
Passivo externo

- O bom desempenho das exportações decorreu de um conjunto de fatores:
 - forte elevação do preço das *commodities*, (termos de Troca)
 - crescimento econômico mundial,
 - impacto positivo da desvalorização real do câmbio ocorrido em 2002,
 - medidas voltadas para desoneração tributária do setor exportador.
- as importações ficaram estagnadas em 2003, passando a crescer a partir de então, com destaque para o ano de 2006, já refletindo o impacto da revalorização real da taxa de câmbio;
- saldos comerciais recordes e crescentes ao longo desse período, atingindo o valor de US\$ 46 bilhões em 2006.

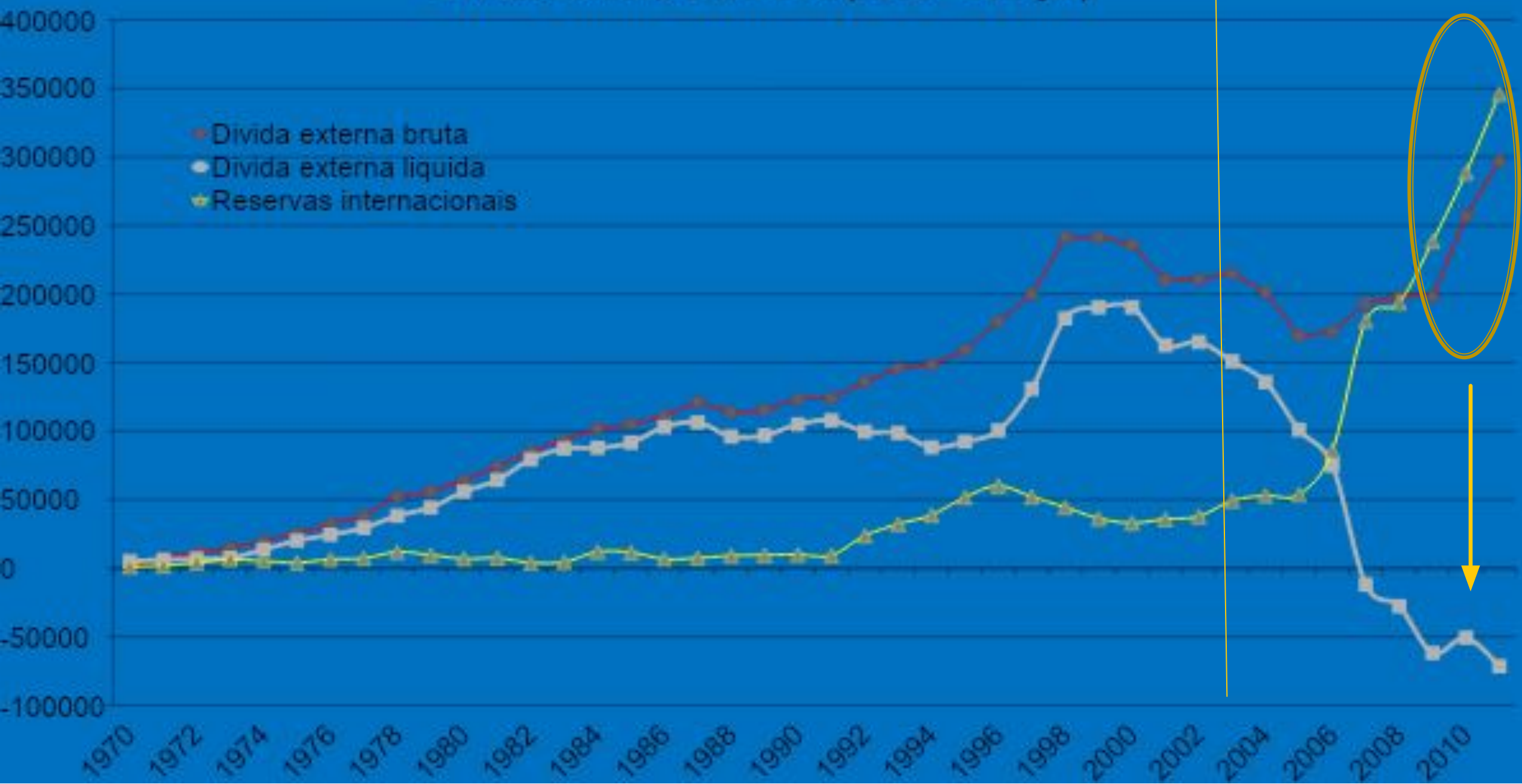
Balança comercial - Brasil 1981 - 2010 (US\$ milhões)



Balanço de Pagamentos Brasil: 1981 - 2011



Divida externa brasileira (1970 - 2011jul)



Mas existe um problema externo ?

Câmbio flutuante é o melhor sistema ?

- Perspectiva de longo prazo - desconforto com câmbio flutuante
 - Oscilações prejudicam crescimento, especialmente onde aprofundamento financeiro é baixo;
 - **Mas principalmente**: Ciclos longos de valorização cambial (consistes com BP) trazem consequências de longo prazo sobre inovação e setores que merecem investimentos – Problema da ***doença holandesa*** e do câmbio competitivo.

Qual o problema com a valorização ?

- Importações excessivas – problemas de competitividade interna
 - Desenvolvimento de padrão de consumo artificial
 - Problema da dinâmica da dívida
- Concentração e especialização em produtos recursos naturais intensivos
 - Desincentivo a investimentos nos outros setores que não vão bem
 - Existe uma volta aos debate em torno das vantagens comparativas;
 - Desindustrialização.

TABELA 21.9 - Exportação e Importação de Produtos Industrialização, por Intensidade Tecnológica

Exportação	2003		2006		2010	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Total	73.084,14	100,00	137.469,70	100,00	201.915,29	100,00
Produtos industriais (*)	58.504,36	80,05	107.319,90	78,07	128.350,14	63,57
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	21.829,37	29,87	41.767,70	30,38	45.614,56	22,59
Indústria de alta tecnologia (I)	5.134,90	7,03	9.364,25	6,81	9.315,80	4,61
Indústria de média-alta tecnologia (II)	16.694,47	22,84	32.403,45	23,57	36.298,76	17,98
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	13.394,28	18,33	27.252,46	19,82	29.417,39	14,57
Indústria de baixa tecnologia (IV)	23.280,71	31,85	38.299,74	27,86	53.318,18	26,41
Produtos não industriais	14.579,78	19,95	30.149,80	21,93	73.565,15	36,43
Importação	2003		2006		2010	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Total	48.325,65	100,00	91.349,48	100,00	181.648,68	100,00
Produtos industriais (*)	40.536,64	83,88	75.068,81	82,18	159.102,73	87,59
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	30.417,80	62,94	54.514,44	59,68	111.095,25	61,16
Indústria de alta tecnologia (I)	10.431,30	21,59	21.203,36	23,21	35.813,18	19,72
Indústria de média-alta tecnologia (II)	19.986,50	41,36	33.311,09	36,47	75.282,07	41,44
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	6.799,83	14,07	14.338,77	15,70	34.129,21	18,79
Indústria de baixa tecnologia (IV)	3.319,00	6,87	6.215,60	6,80	13.878,27	7,64
Produtos não industriais	7.789,01	16,12	16.280,68	17,82	22.545,94	12,41

(*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Obs.: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria

O debate em torno da desindustrialização

- A questão dos dados
 - BP
 - Composição do PIB
 - Mercado de trabalho
- Desindustrialização: sinal de desenvolvimento ? Reversão de excessos?
- Hierarquia de setores no desenvolvimento econômico

A volta do crescimento

Crescimento econômico: taxas % a.a.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	0,87
PIB Indústria	1,28	7,89	2,08	2,21	5,27	4,07	-5,6	10,4	1,5	-0,8
PIB Agropecuária	5,81	2,32	0,30	4,80	4,84	6,32	-3,1	6,3	3,9	-2,3
PIB Serviços	0,76	5,00	3,68	4,24	6,14	4,93	2,12	5,49	2,7	1,65
Construção Civil	-3,28	6,58	1,78	4,68	4,88	7,92	-0,7	11,6	3,6	1,41
Consumo das famílias	-0,78	3,82	4,47	5,20	6,07	5,67	4,44	6,94	4,0	3,07
Cons da Adm. Pública	1,15	4,09	2,30	2,58	5,13	3,17	3,11	4,23	1,9	3,20
Form. bruta de capital fixo	-4,59	9,12	3,63	9,77	13,8	13,5	-6,7	21,3	4,7	-4,0
Exportações	10,4	15,2	9,33	5,04	6,20	0,55	-9,1	11,5	4,4	0,47
Importações	-1,62	13,3	8,47	18,4	19,8	15,3	-7,6	35,8	9,7	0,23

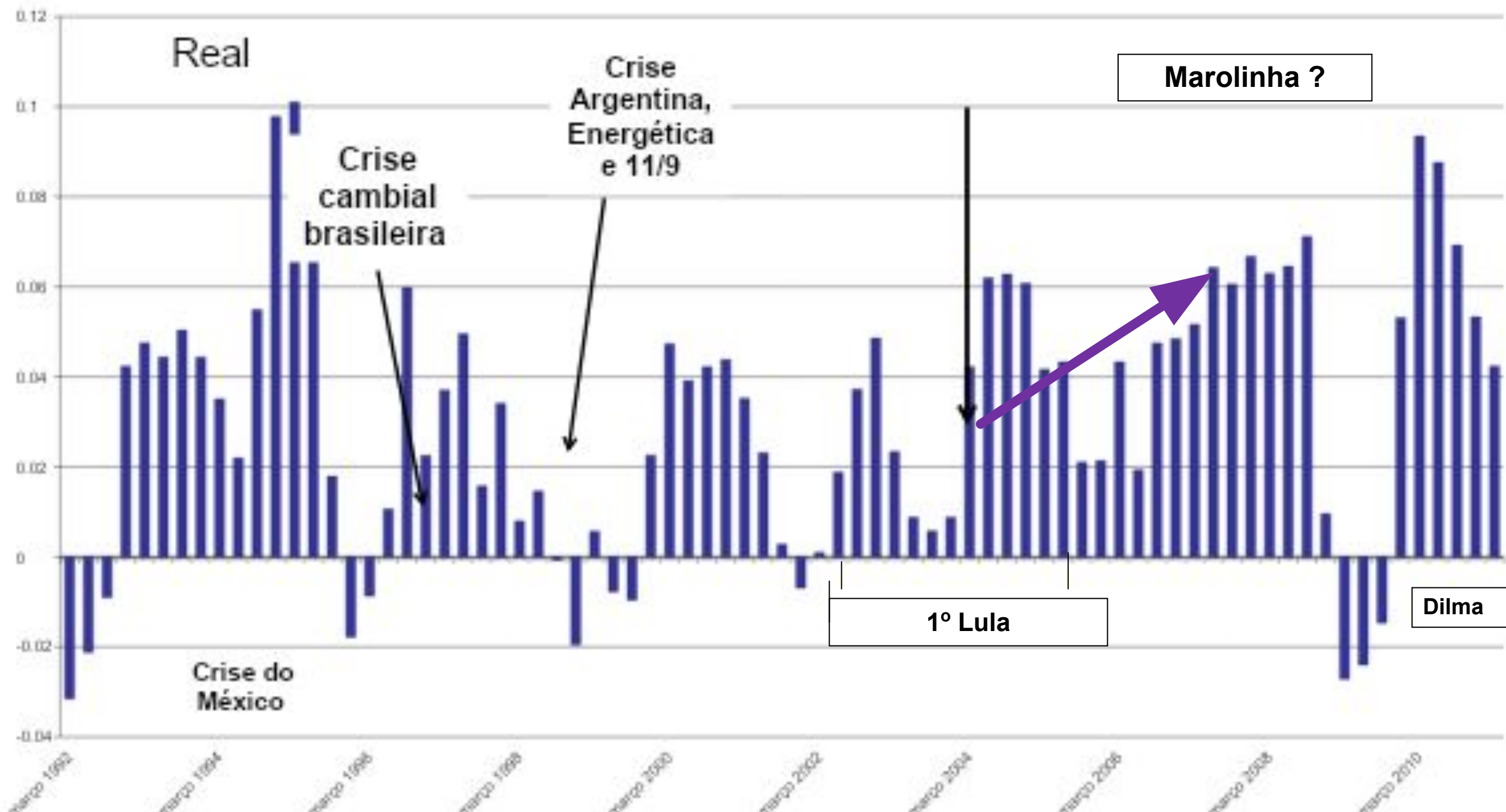


Tabela 21.8 - Crescimento Econômico Comparado: Brasil x Mundo

Período	Mundo	Brasil	Brasil/Mundo
1961/2010	3,57	4,51	126%
anos 60*	5,64	5,90	105%
anos 70	3,95	8,47	215%
anos 80	3,14	2,99	95%
anos 90	2,74	1,70	62%
1995/1998	3,07	2,05	67%
1999/2002	2,78	2,13	77%
2003/2006	3,56	3,49	98%
2007/2010	2,03	4,24	209%

Aceleramos

* Anos 60 inclui os anos de 1961 a 1969

Crescimento no Brasil

- Cresce exportações (mas importações crescem mais)
 - Redução saldo BC, BTC volta a ficar negativa (antes da crise)
 - Entrada de capital (investment *grade*)

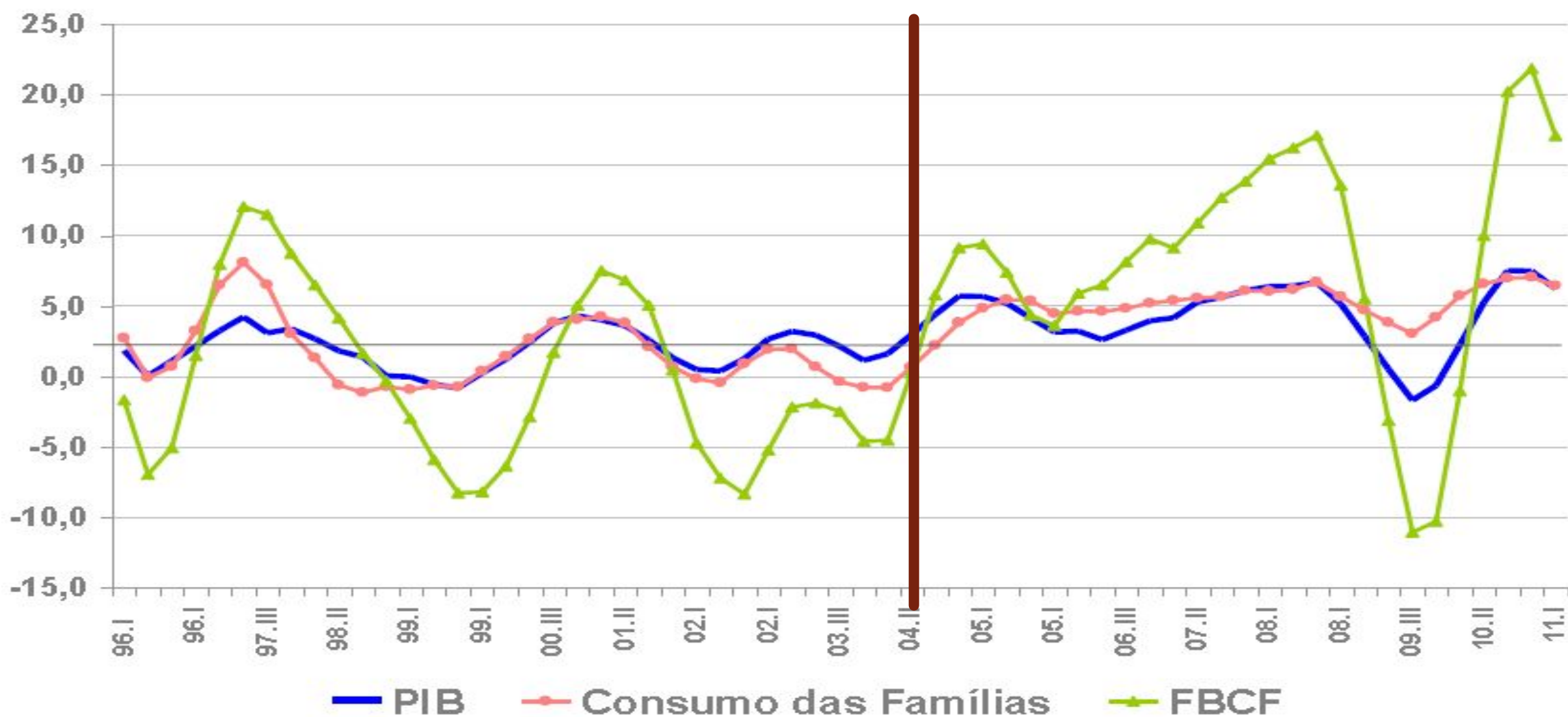
Panorama Internacional 2003 - 2007

- Forte Crescimento econômico global baseado em:
 - ampla liquidez :
 - desregulamentação financeira, elevada alavancagem, inovações financeiras,
 - baixa taxa de juros,
 - ampla valorização de ativos: efeito-riqueza mas geração de bolhas,
 - incorporação de parcela significativa da população (maiores riscos).
- Crescimento generalizado por vários países.
 - Taxas elevadas nos países desenvolvidos
 - destaque para a China, Índia e outros países emergentes
- Elevada demanda países desenvolvidos (destaque para déficit EUA), forte crescimento da produção chinesa,
 - pressão nos mercados de matérias-primas beneficia países exportadores de commodities - petróleo, minérios e agrícolas.
- Geração e Sustentação de Desequilíbrios Macroeconômicos: Países superavitários financiando desequilíbrios e ampliando produção para atender consumo dos EUA.

Crescimento no Brasil

- Cresce exportações (mas importações crescem mais)
 - Redução saldo BC, BTC volta a ficar negativa (antes da crise)
 - Entrada de capital (investment *grade*)
- **Consumo interno**
 - Emprego e mercado de trabalho
 - Renda classes mais baixas (salário mínimo e políticas assistenciais)
 - crédito
- Retomada dos Investimentos no últimos semestres
 - Crédito – cenário de confiança
 - Apesar de taxas de juros elevadas (mas cadentes) e câmbio valorizado
 - PAC – PDP (problemas: marco regulatórios, intervenção nas Agências etc)
 - Construção civil – imobiliário

GRÁFICO - Comparação PIB x Consumo das Famílias x FBCF
Taxa (%) acumulada em quatro trimestres



Salário Mínimo e IPCA - Variações Anuais 1996-2010

Ano		Variação SM	IPCA	SM/IPCA
1996		12,00%	9,56%	125,52%
1997		7,14%	5,22%	136,78%
1998		8,33%	1,66%	501,81%
1999		4,62%	8,94%	51,68%
2000		11,03%	5,97%	184,76%
2001		19,21%	7,67%	250,46%
2002		11,11%	12,53%	88,67%
2003	Aumento Real do Salário em todos os anos	20,00%	9,30%	215,05%
2004		8,33%	7,60%	109,61%
2005		15,38%	5,69%	270,30%
2006		16,67%	3,14%	530,89%
2007		8,57%	4,46%	192,15%
2008		9,21%	5,90%	156,10%
2009		12,05%	4,31%	279,58%
2010		9,68%	5,91%	163,79%

Qual crescimento ?

- Transferências de renda e a valorização do salário mínimo: inclusão no mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira
 - **Lei de Engel** – mudança no padrão de consumo das famílias brasileiras: produtos e serviços antes consumidos apenas pelos mais ricos passaram a ser consumidos também pela população de baixa renda, por exemplo,
 - queda na participação de alimentos e artigos de vestuário no consumo total; aumento na participação relativa de habitação, transporte, saúde, higiene, serviços e cuidados pessoais.
 - Queda do peso de hábitos de consumo que permaneceram restritos aos grupos mais ricos, como educação, lazer, cultura e fumo,.
 - Crescimento da demanda em muitos setores de serviços e da construção civil
 - Esses setores reagiram e empregavam muitos trabalhadores menos instruídos: efeito de aumento do grau de formalização e dos salários na base da pirâmide subiram mais ainda, reforçando o processo - círculo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho
- O crescimento **centrado em serviços e construção civil**:
 - Problema não ajuda a promover significativos avanços tecnológicos e ganhos de produtividade para a economia brasileira,
 - Mas **teve o benefício** de incluir no mercado de trabalho formal uma mão de obra menos qualificada, que o país tem em abundância (**anti-milagre**)

Crescimento econômico: taxas % a.a.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	0,87
PIB Indústria	1,28	7,89	2,08	2,21	5,27	4,07	-5,6	10,4	1,5	-0,8
PIB Agropecuária	5,81	2,32	0,30	4,80	4,84	6,32	-3,1	6,3	3,9	-2,3
PIB Serviços	0,76	5,00	3,68	4,24	6,14	4,93	2,12	5,49	2,7	1,65
Construção Civil	-3,28	6,58	1,78	4,68	4,88	7,92	-0,7	11,6	3,6	1,41
Consumo das famílias	-0,78	3,82	4,47	5,20	6,07	5,67	4,44	6,94	4,0	3,07
Cons da Adm. Pública	1,15	4,09	2,30	2,58	5,13	3,17	3,11	4,23	1,9	3,20
Form. bruta de capital fixo	-4,59	9,12	3,63	9,77	13,8	13,5	-6,7	21,3	4,7	-4,0
Exportações	10,4	15,2	9,33	5,04	6,20	0,55	-9,1	11,5	4,4	0,47
Importações	-1,62	13,3	8,47	18,4	19,8	15,3	-7,6	35,8	9,7	0,23

Retomada (lenta) do crescimento

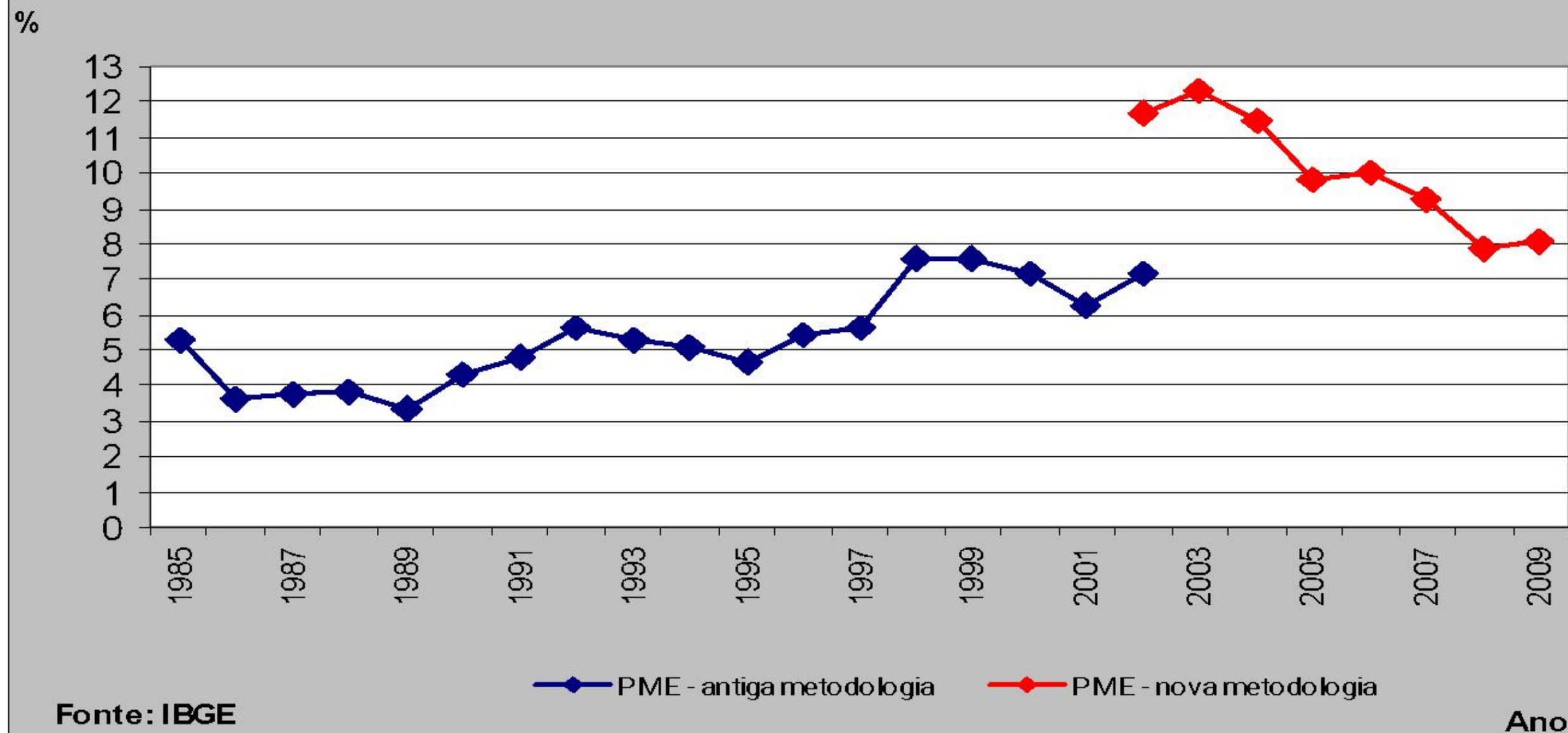
- Primeiro mandato mais lento se acelera no segundo
- Incorporação de mão de obra (menor qualificação e produtividade)
- diminui ganhos de produtividade

Produtividade do trabalho

	Produção industrial	Horas pagas	Produtividade
	Taxa de crescimento (% a.a.)		
1999-2008	3,3	-0,2	3,4
1999-2003	2,1	-1,8	3,9
2004-2008	4,4	1,4	3,0

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

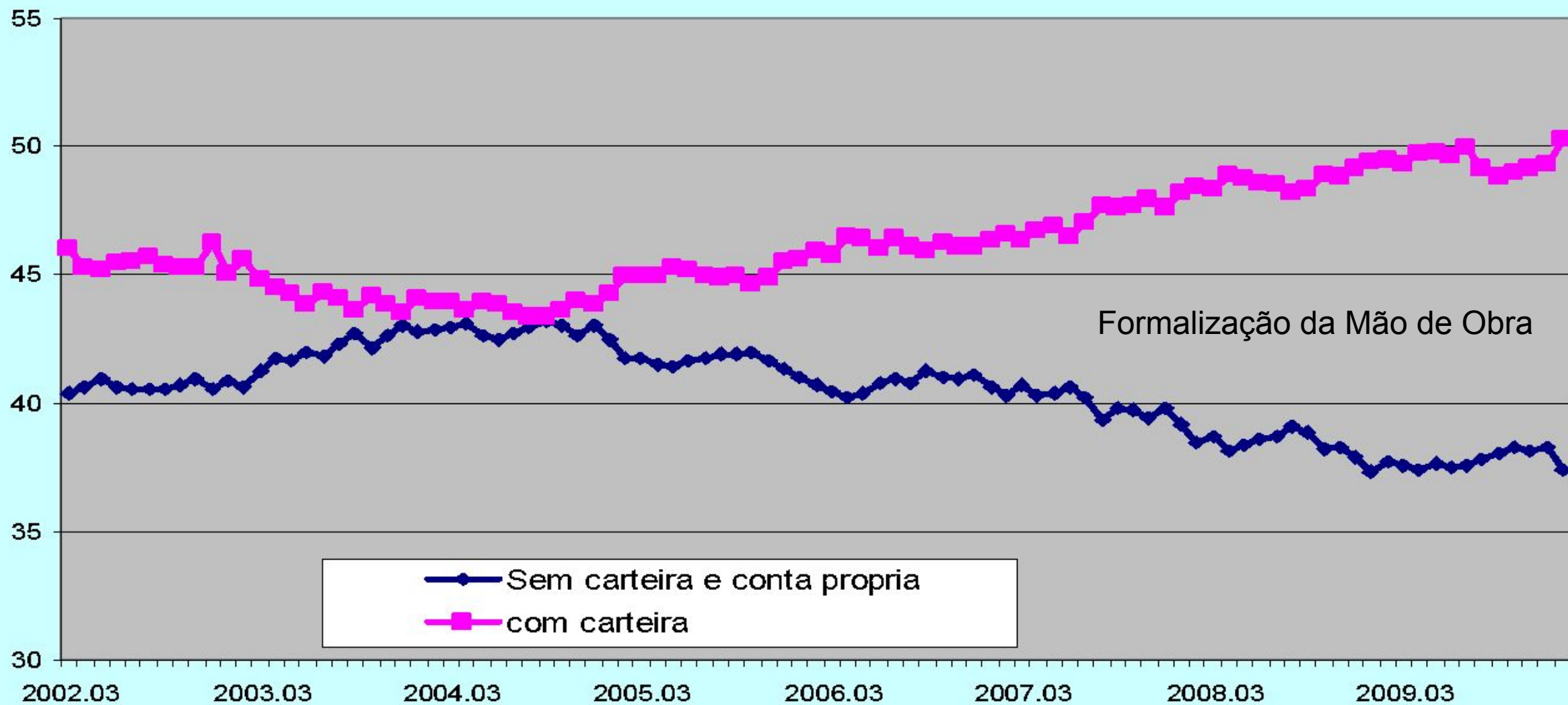
Gráfico 4.2 - Taxa de desemprego aberto Brasil. IBGE - PME. 1985-2008.



Taxa de desocupação Brasil : mar 2002 - janeiro 2013



População ocupada e tipo de ocupação - Regiões Metropolitanas
março 2003 - janeiro 2010



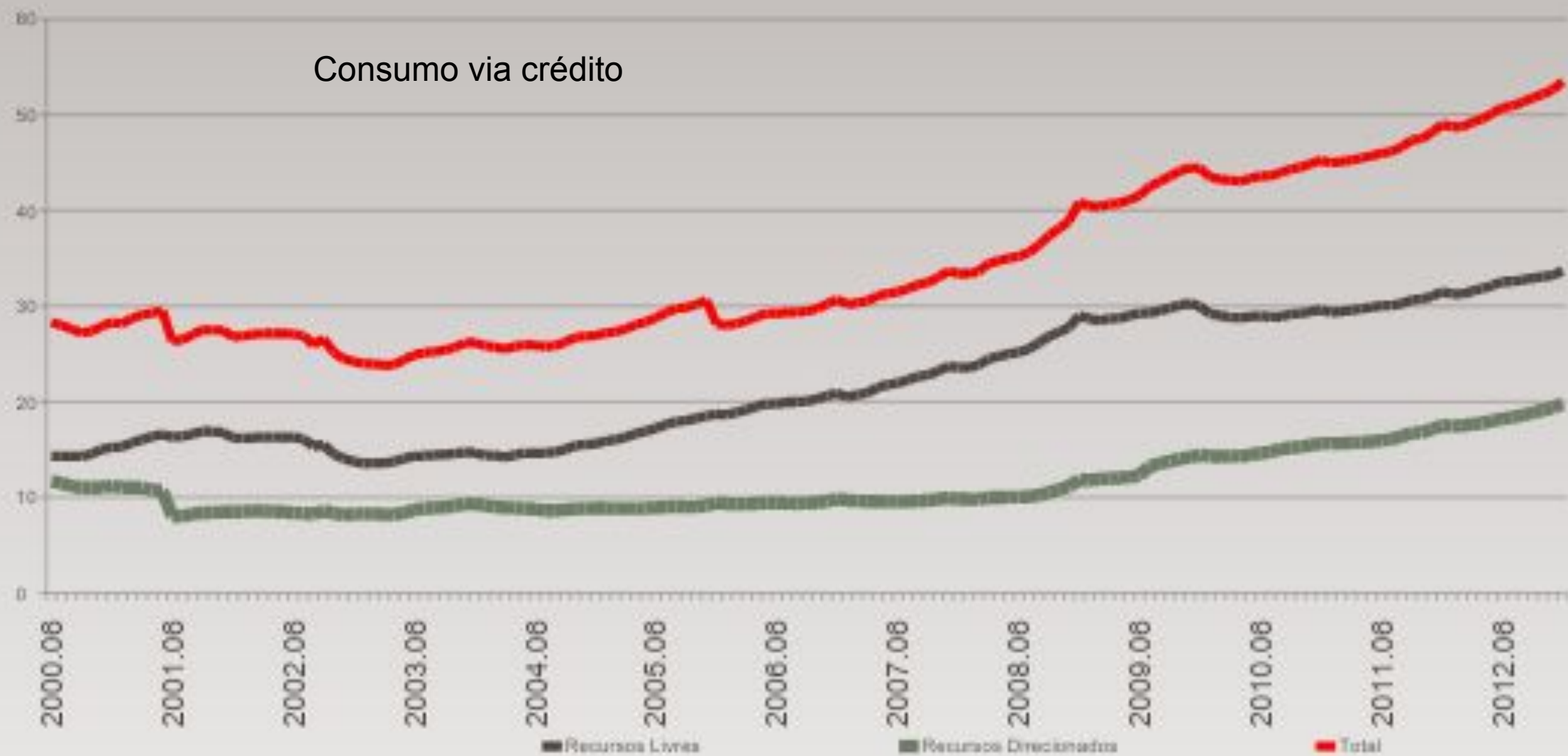
▪ **Segundo as teorias mais convencionais –**

- se salário mínimo cresce mais do que a produtividade do trabalho, a economia sofre com maiores taxas de desemprego e maior grau de informalidade.
- Teoria convencional - quanto maior a flexibilidade das leis trabalhistas e menor o custo com a mão de obra, maior a geração de empregos.

▪ **Governo Lula – ocorre o contrário em função**

- das mudanças descritas no padrão de consumo, com peso cada vez maior para os setores de serviços – muito intensivos em mão de obra e
- Economia se encontrar inicialmente em situação de subocupação

Quadro 21. 5 - Empréstimos do SFN (% PIB)



Aprofundamento creditício

- **Ampliação do crédito às famílias e alcance de famílias mais pobres**
 - Inicialmente, impulsionado, pelas operações com **recursos livres** (linhas gerais de financiamento ao consumo) em que os bancos delimitam livremente a taxa de juros;
 - Depois, em menor escala, expansão do **crédito direcionado** – concedido primordialmente pelos bancos públicos para financiamento habitacional e rural com taxas de juros mais baixas e prazos maiores
- **Importante:** dentro da categoria dos financiamentos pessoais com recursos livres tivemos a expansão do **crédito consignado**
 - possibilitou que aposentados uma parcela de trabalhadores – a depender do sindicato a que estavam vinculados – obtivessem acesso a crédito com taxas de juros relativamente mais baixas e prazos maiores
 - A modalidade de **crédito consignado** fixa a parcela da renda que pode ser destinada ao pagamento de juros e amortizações. É uma das formas mais seguras de tomada de empréstimos

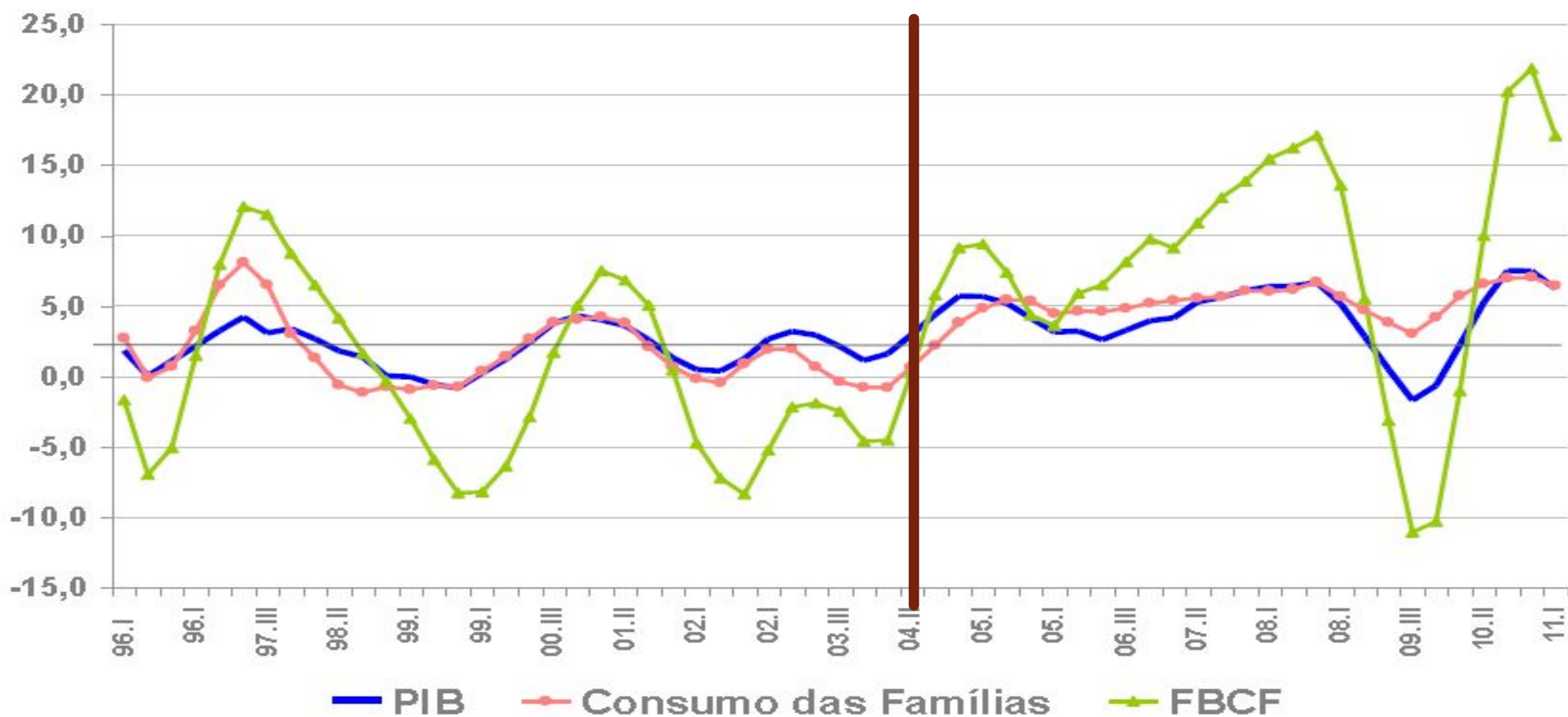
Aprofundamento creditício

- O comprometimento da renda das famílias com o pagamento dos juros e do principal, é um problema ?
 - O serviço da dívida, subiu de 16% em 2005 para 19,4% em 2010, o que é expressivo. Mas é mais devido ao aumento no número de famílias com acesso ao crédito, do que ao endividamento maior de cada família.
 - Este aumento do endividamento das famílias no Brasil não pode ser comparado ao endividamento das famílias norte-americanas antes da crise de 2008, nos EUA a expansão do crédito serviu para sustentar a expansão de consumo em meio à estagnação dos salários e ampliação das desigualdades. No caso brasileiro, a expansão do crédito deu-se concomitantemente ao incremento da renda e do emprego.
 - O endividamento só passou a ser motivo de preocupação com a desaceleração da economia. A renda menor, a perda de empregos e as altas taxas de juros levantam ao aumento do comprometimento da renda das famílias com a dívida, agravando a crise econômica na próxima década.

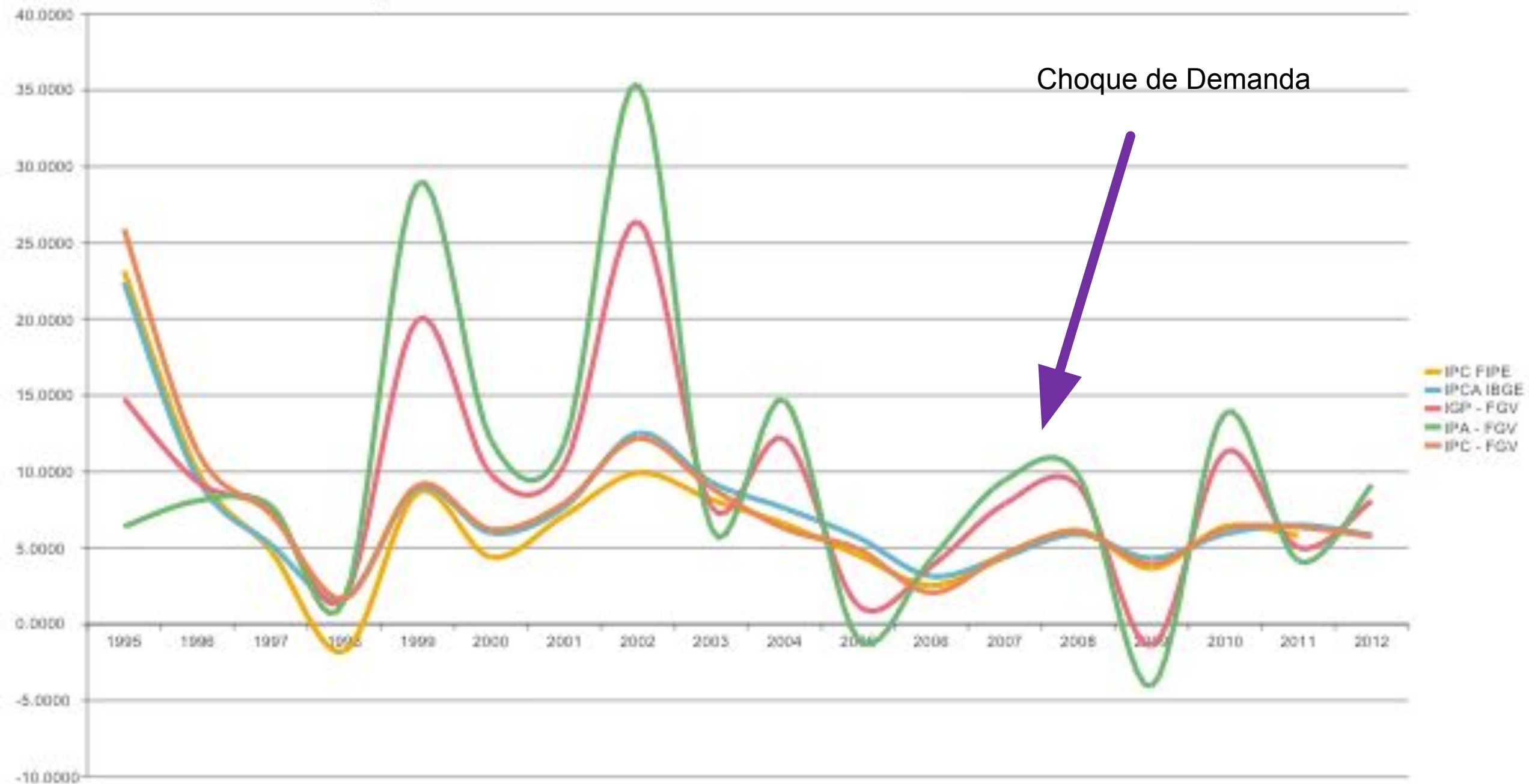
Crescimento no Brasil

- Cresce exportações , junto do Consumo interno
- **Retomada dos Investimentos** nos últimos semestres
 - **Crédito** – cenário de confiança (construção civil)
 - Apesar de taxas de juros elevadas (mas cadentes) e câmbio valorizado
 - Construção civil – imobiliário
 - **PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal.
 - O bloco de investimentos previstos no programa para os quatro anos seguintes destinou-se sobretudo à infraestrutura física e social.[
 - Complementariedade investimento público e privado
- Quanto ao crescimento do PIB, o componente que mais cresceu não foi o consumo das famílias, e sim o investimento.
 - **o consumo** ocupa uma parcela maior do PIB, de modo que a expansão do consumo contribui mais para o seu crescimento do que outros componentes.
 - No entanto, quando se olha apenas para as taxas de crescimento real dos diversos componentes da demanda, vê-se que o consumo cresceu menos do que o investimento nesse período.

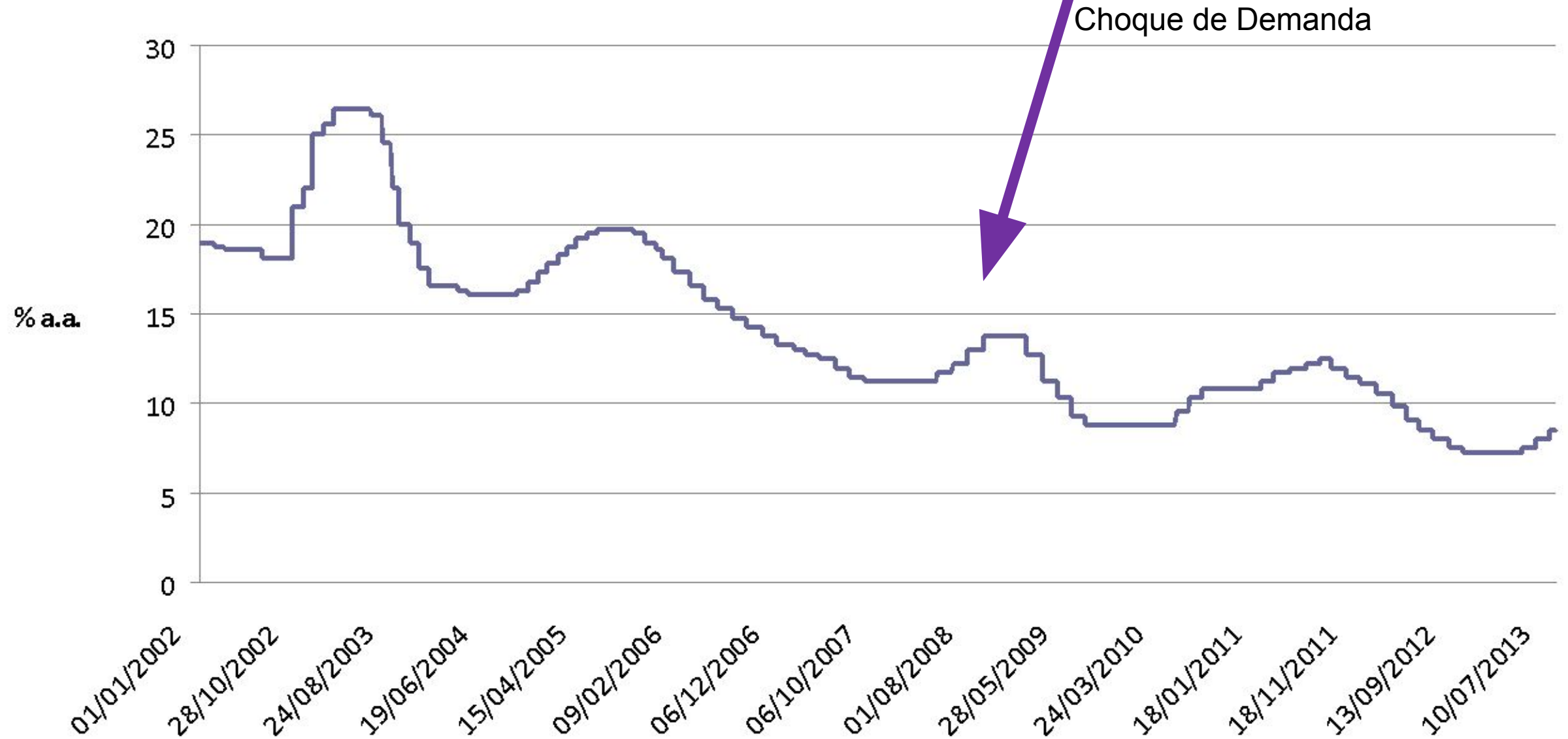
GRÁFICO - Comparação PIB x Consumo das Famílias x FBCF
Taxa (%) acumulada em quatro trimestres



Inflação no Brasil : diferentes indicadores 1995-2012



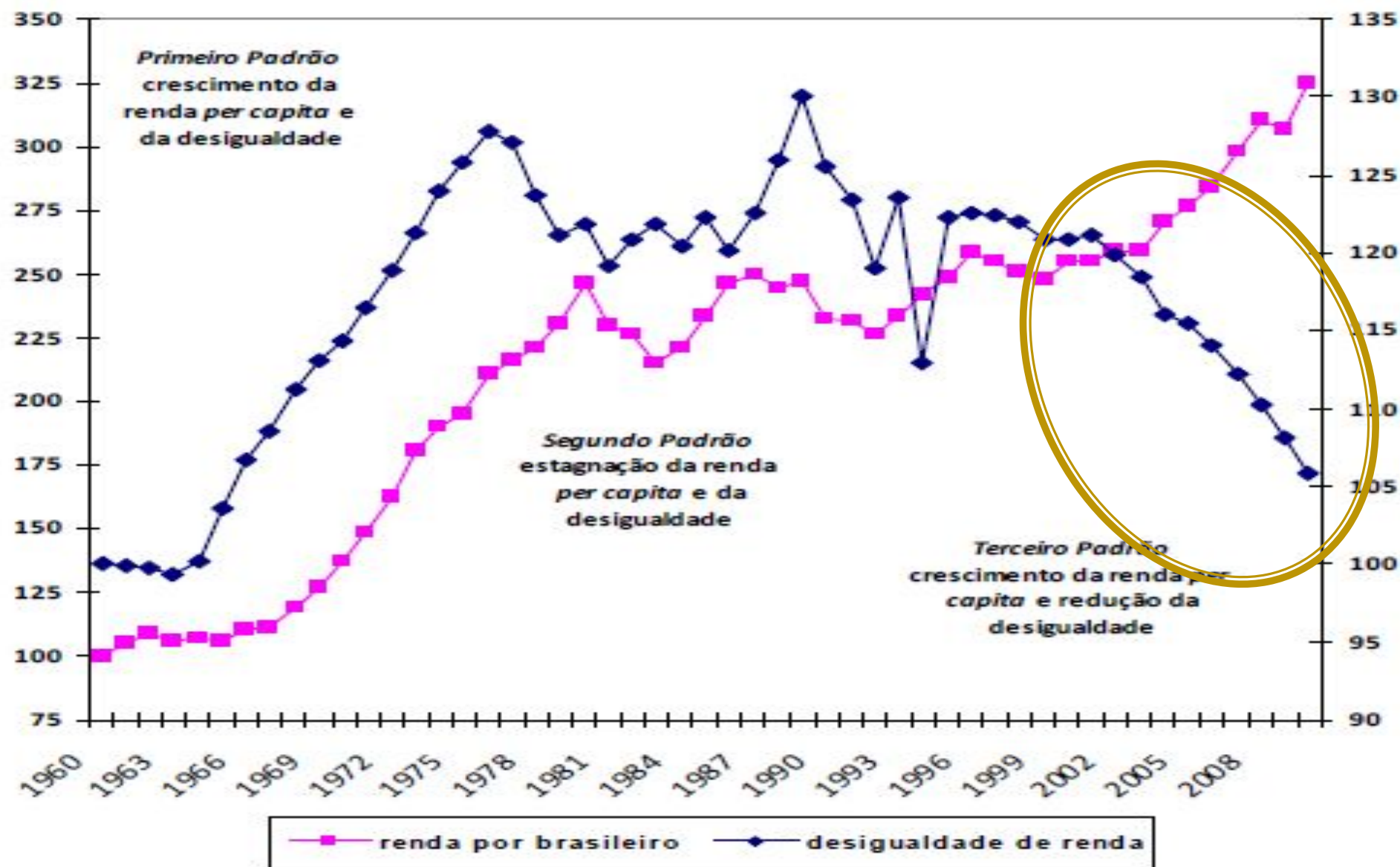
Evolução da Meta Selic anunciada pelo Copom (2002-2013)



UMA MUDANÇA IMPORTANTE ...

Distribuição de Renda

Gráfico 01 - Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal* (1960 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea)

*Índice de Gini

Três questões em torno dos dados anteriores

- 1. O que ocorreu neste período de modo que o índice Gini medido tenha caído;
- 2. O índice de Gini medido, os dados e as mensurações da distribuição de renda;
- 3. O que ocorre depois ?

Evolução da pobreza e extrema pobreza: Brasil, 2003 e 2008

(%)

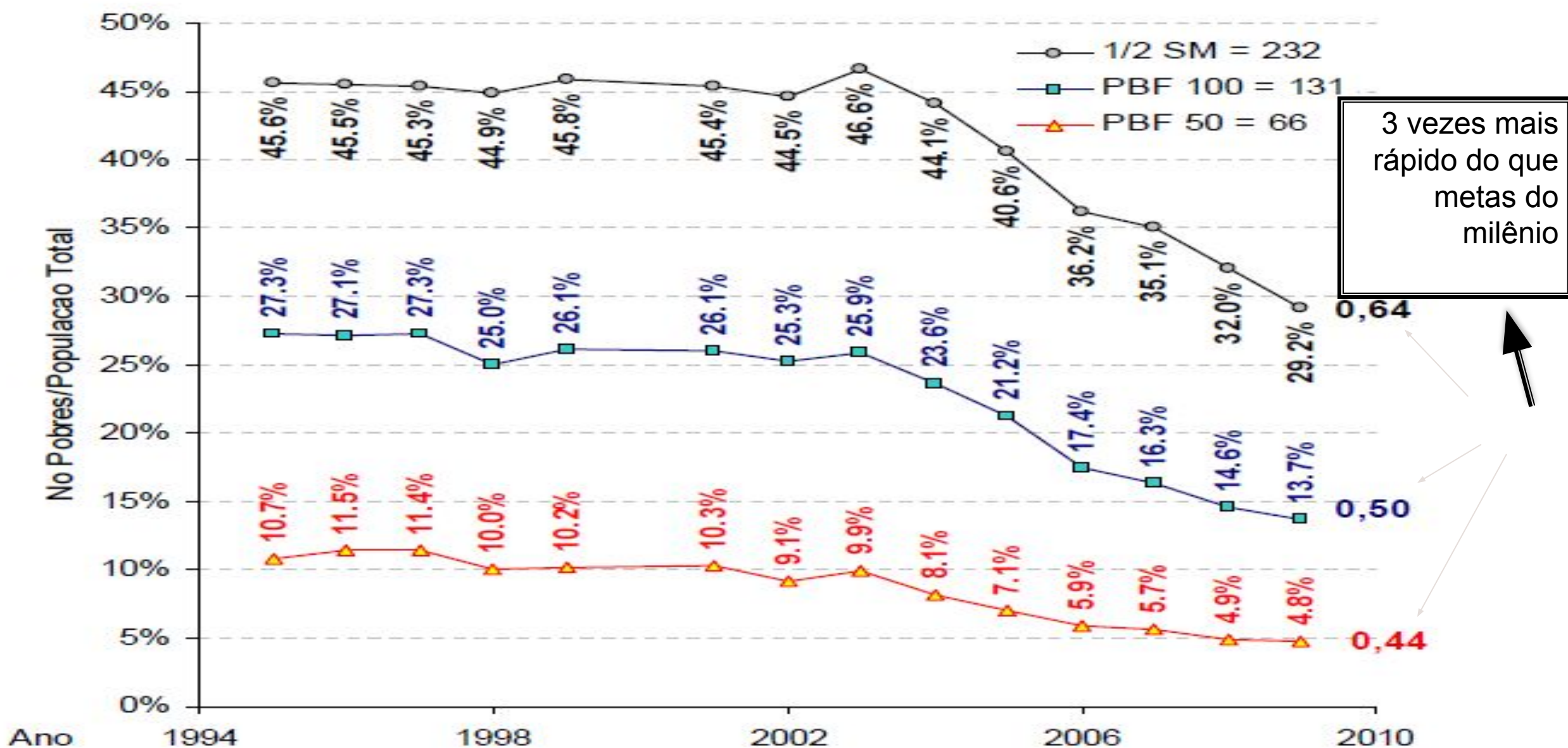
Indicadores	2003	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do período fosse mantida	Velocidade do progresso
Pobreza				
Porcentagem de pobres	39,4	25,3	0,11	Extremamente acelerado
Hiato de pobreza	18,2	10,4	0,06	Extremamente acelerado
Severidade da pobreza	11,1	6,0	0,05	Extremamente acelerado
Extrema Pobreza				
Porcentagem de extremamente pobres	17,5	8,8	0,03	Extremamente acelerado
Hiato de extrema pobreza	7,3	3,7	0,04	Extremamente acelerado
Severidade da extrema pobreza	4,4	2,4	0,05	Extremamente acelerado

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2008.

Nota 1: O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.

Nota 2: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 187.50 e para extrema pobreza de R\$ 93.75.

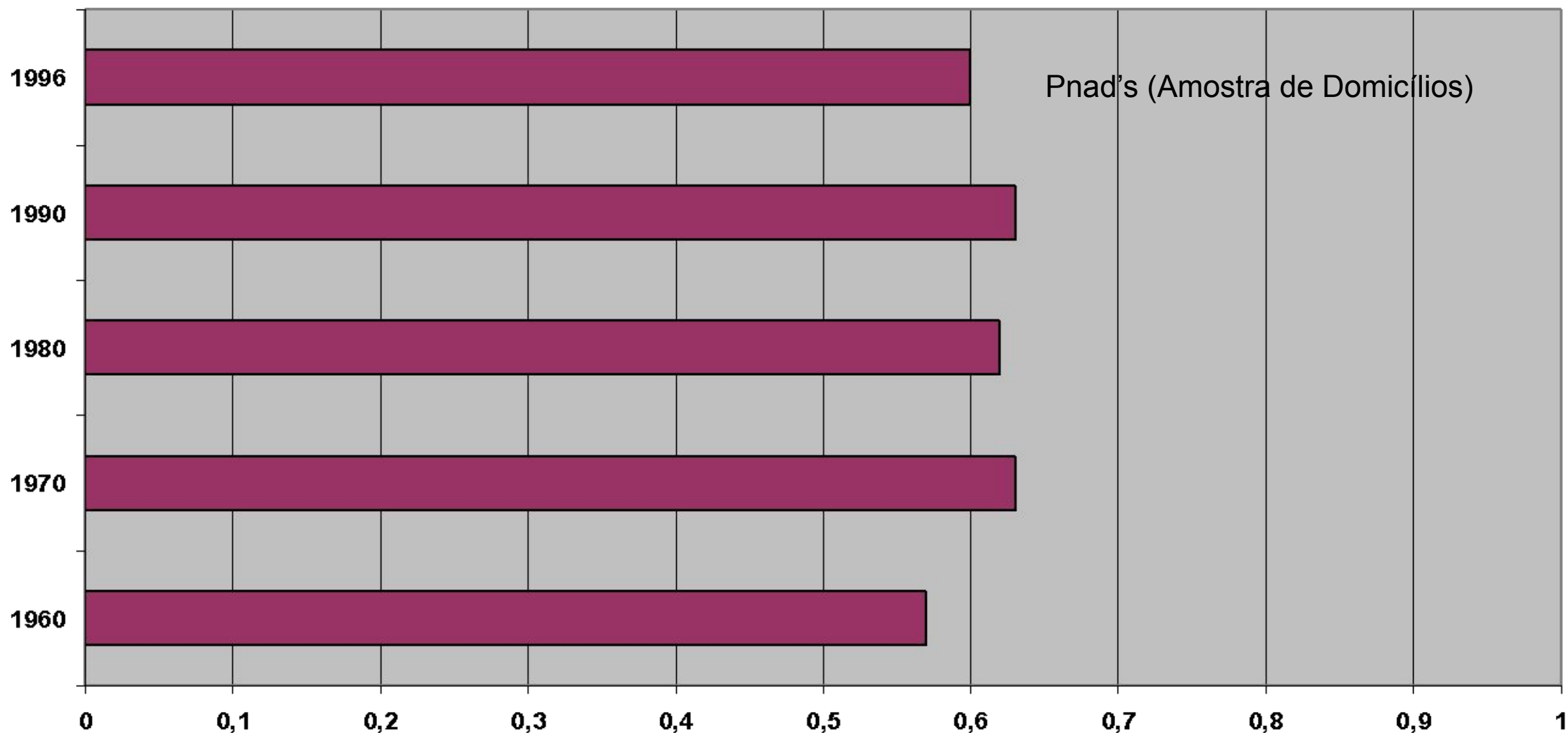
Gráfico 5 – Proporção de pobres segundo três linhas



Fonte: PNAD Microdados 1995 a 2009

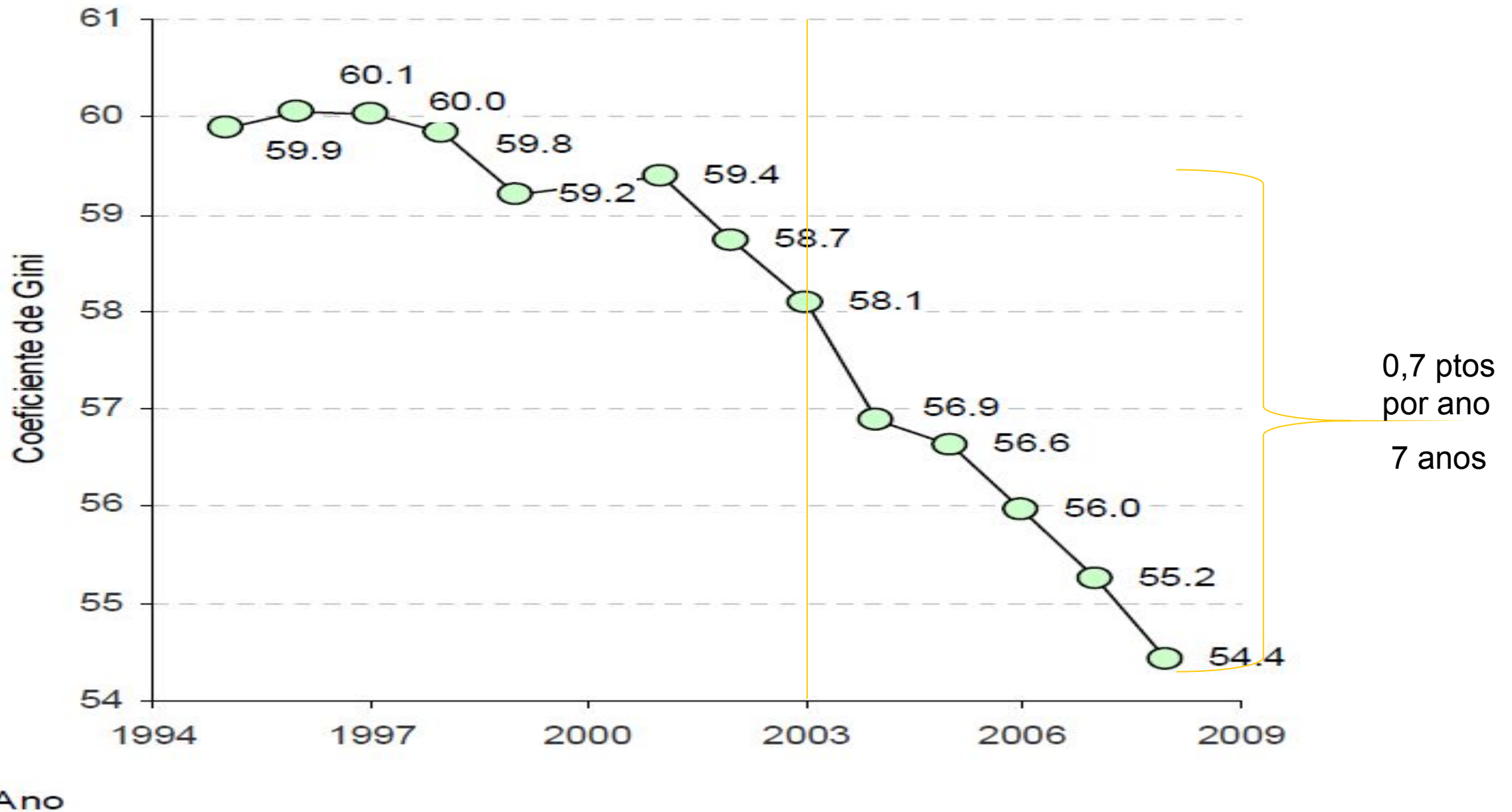
Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Evolução do Índice de Gini no Brasil (1960 - 1996)



Fonte: Thorp (2000), para o ano de 1996 Banco Mundial (2000)

Coeficiente de Gini entre 1995 e 2008 (Renda Domiciliar *per capita*)



Em uma pandemia, o que podemos
esperar do comportamento do Gini?

Em uma pandemia, o que podemos esperar do comportamento do Gini?

- Pode piorar;
- Também poderia melhorar?

Em uma pandemia, o que podemos esperar do comportamento do Gini?

-Pode piorar;

-Também poderia melhorar?

- Sim, pois os que mais morreriam seriam os mais pobres...

Gráfico 1: Taxa de crescimento médio da renda domiciliar per capita por decimos da distribuição nos últimos 6 anos: Brasil, 2001 a 2008

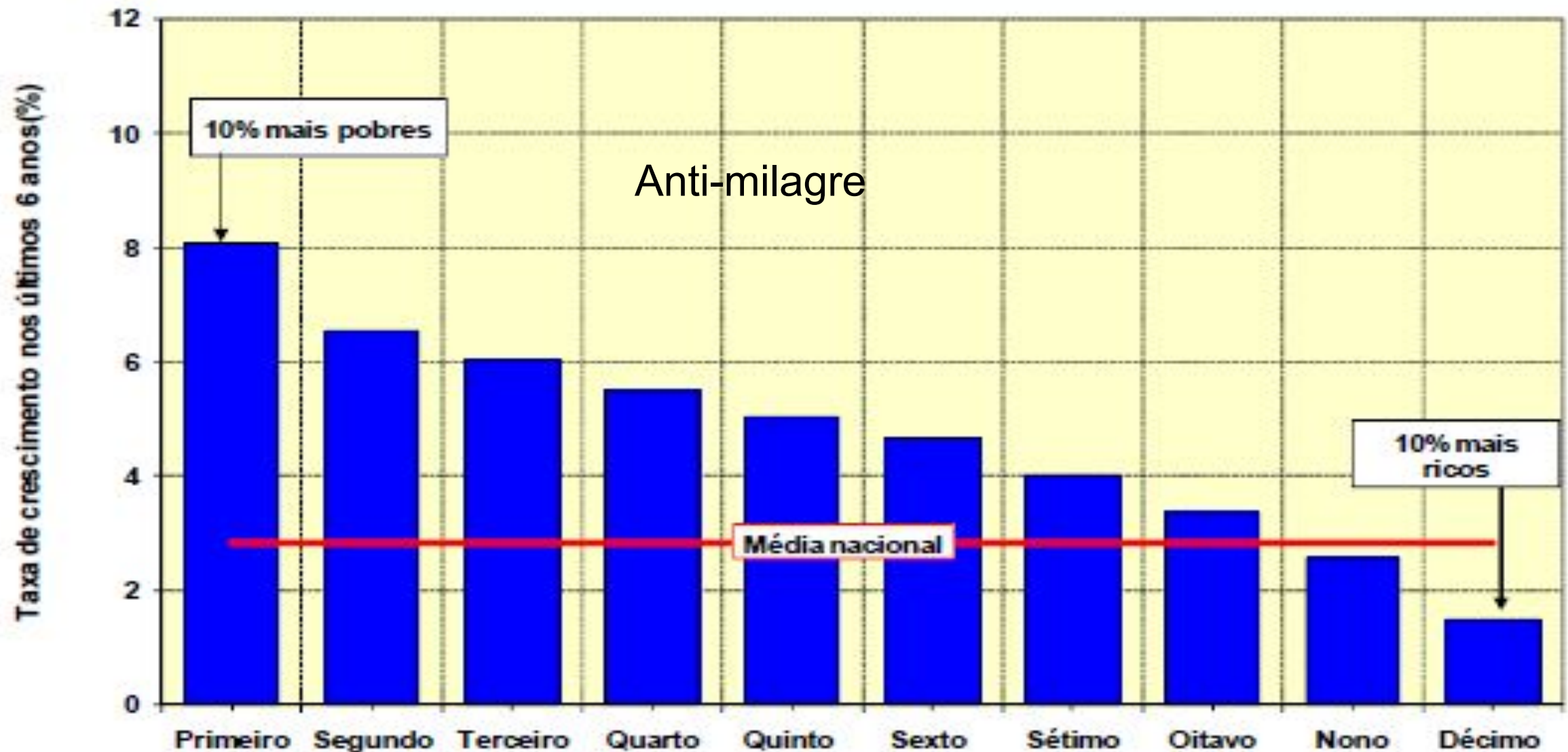
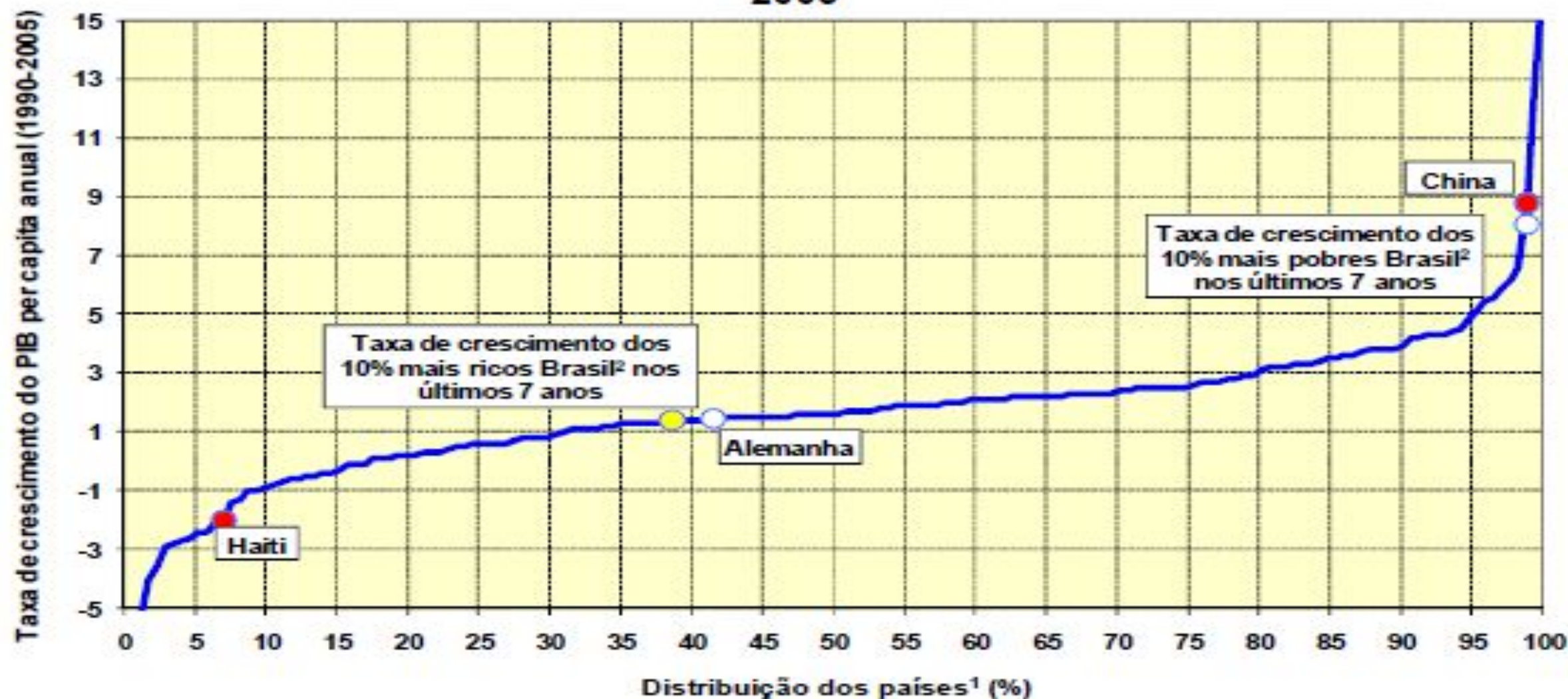


Gráfico 3: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2005



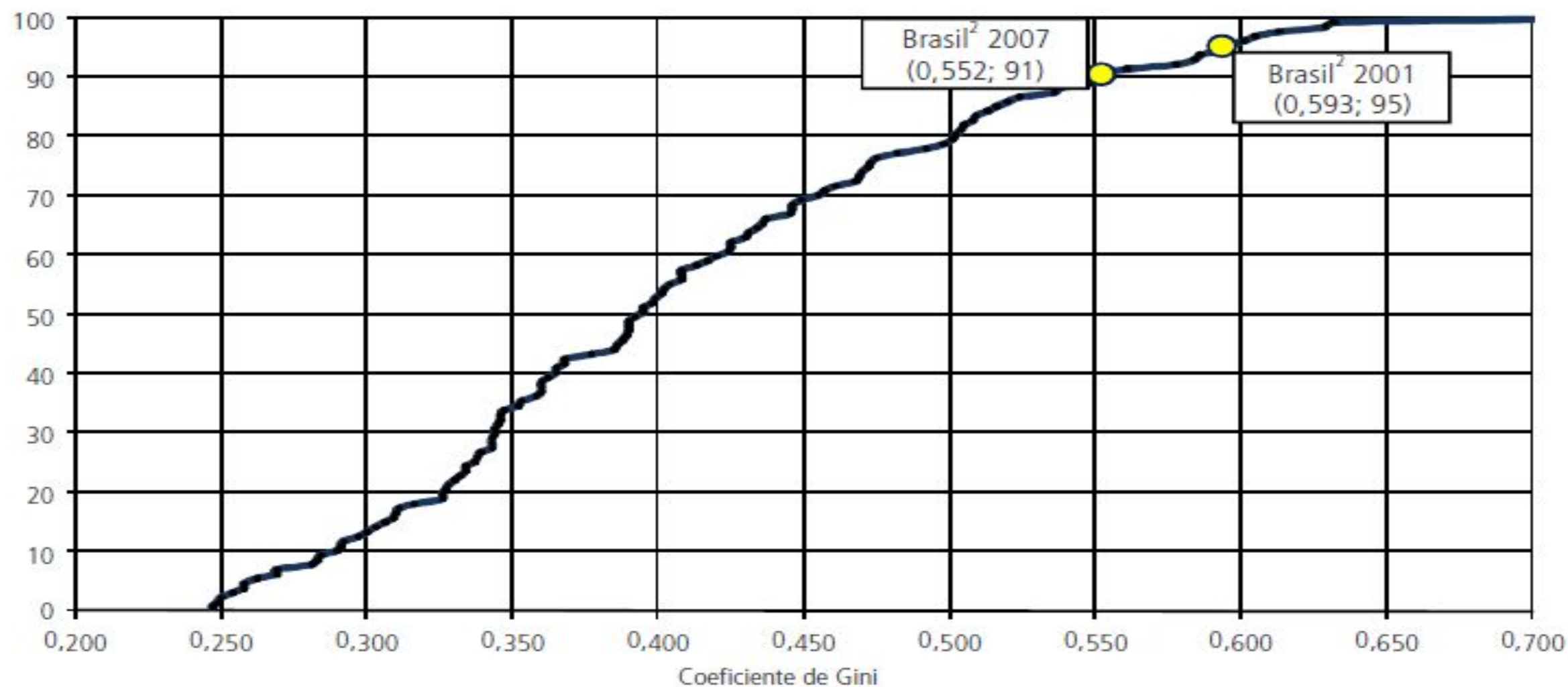
Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.

Nota: 1. Estão sendo considerados 171 países para os quais existem a informação.

2. Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2008.

Distribuição acumulada da população mundial e dos países segundo o PIB real *per capita* – coeficiente de Gini

(Distribuição acumulada dos países¹)



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.

Nota: ¹ Estão sendo considerados 126 países para os quais existe a informação.

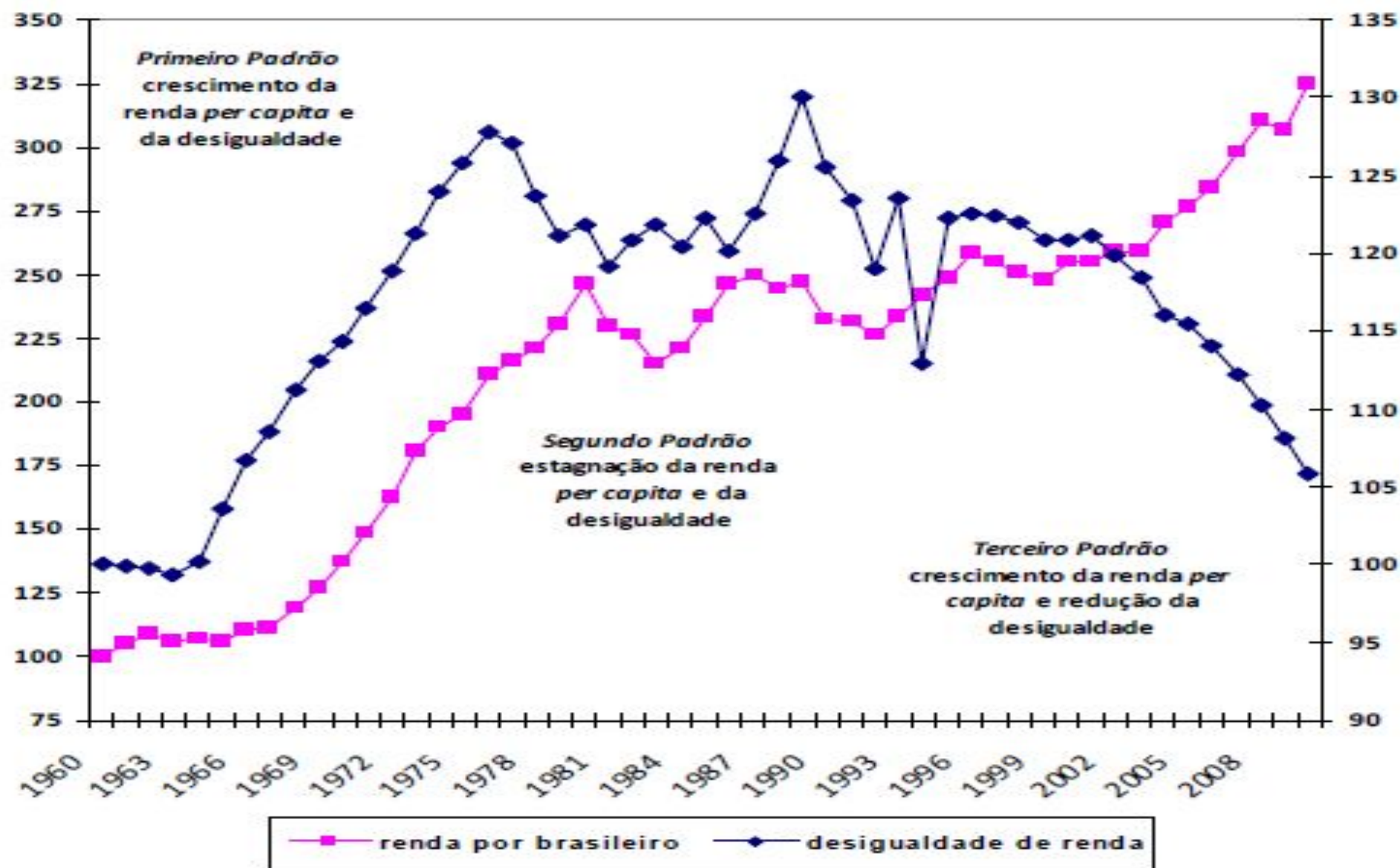
² Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Tabela 3.5 Distribuição de renda: países selecionados

Países	Ano	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Índice de Gini
Japão	1993	10,6	35,7	21,7	0,249
Egito	1999–2000	8,6	43,6	29,5	0,344
Canadá	2000	7,2	39,9	24,8	0,326
Coréia do Sul	1998	7,9	37,5	22,5	0,316
Suíça	2000	7,6	41,3	25,9	0,337
Índia	2004–05	8,1	45,3	31,1	0,368
Uganda	2002	5,7	52,5	37,7	0,457
Etiópia	1999–2000	9,1	39,4	25,5	0,300
EUA	2000	5,4	45,8	29,9	0,408
Bolívia	2002	1,5	63,0	47,2	0,601
México	2004	4,3	55,1	39,4	0,461
Honduras	2003	3,4	58,3	42,2	0,538
África do Sul	2000	3,5	62,2	44,7	0,578
Guatemala	2002	2,9	59,5	43,4	0,551
Brasil	2004	2,8	61,1	44,8	0,570
Rep. Centro-Africana	1993	2,0	65,0	47,7	0,613

Fonte: Banco Mundial

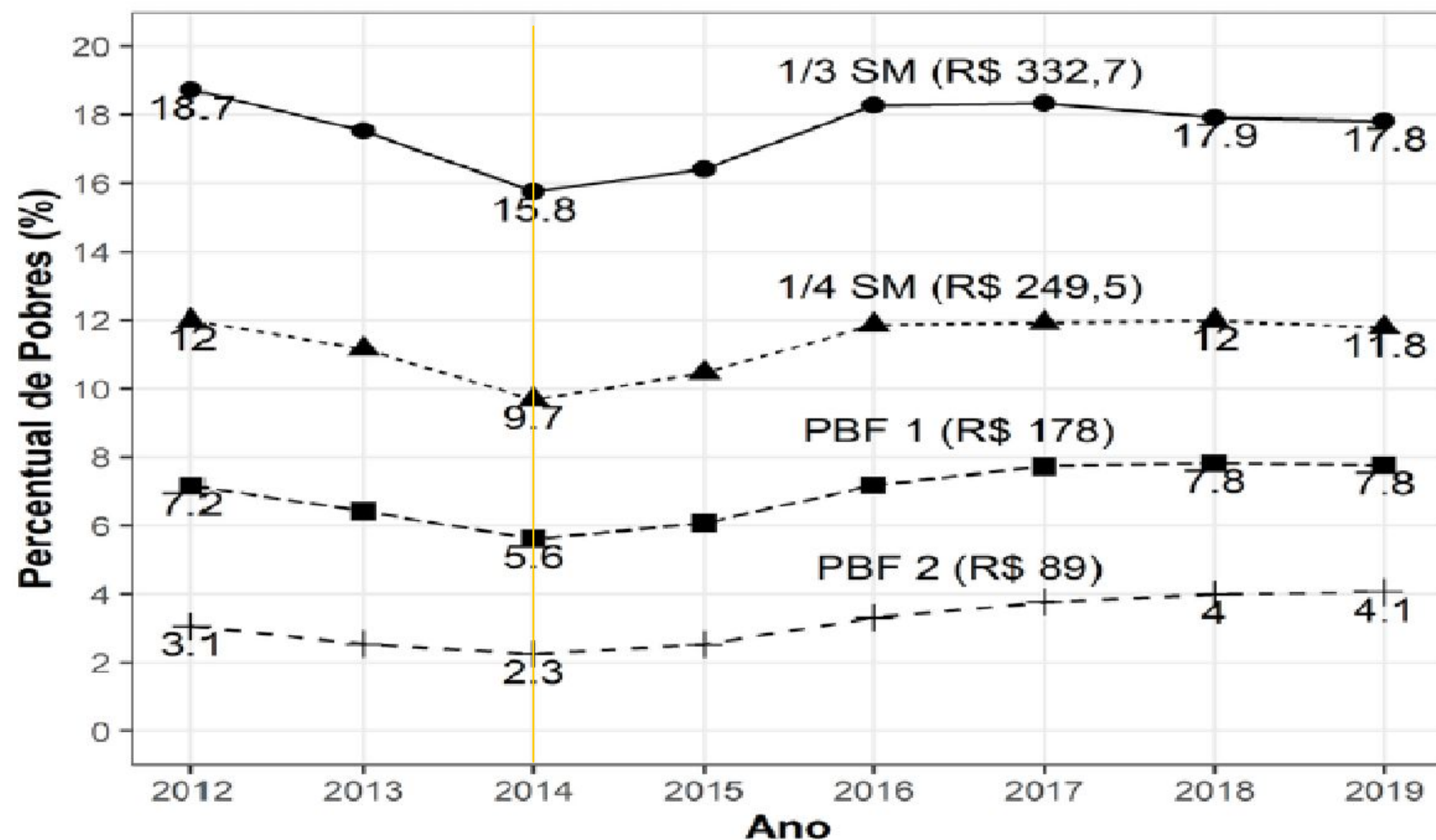
Gráfico 01 - Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal* (1960 = 100)



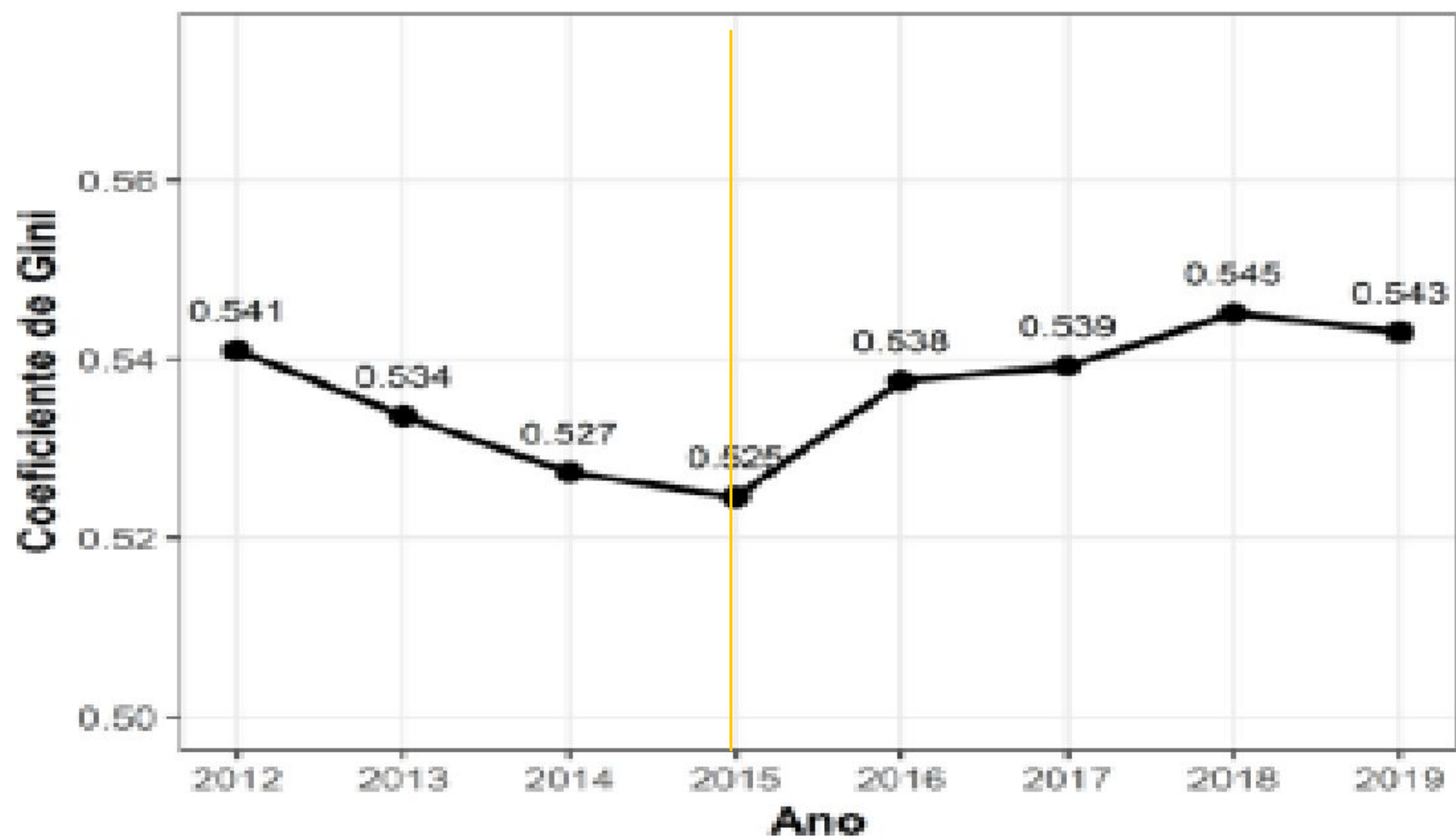
Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea)

*Índice de Gini

Gráfico 3: Taxa de Pobreza, para quatro Linhas de Pobreza – Brasil, 2012-2019



(B) Coeficiente de Gini



Causas: da melhoria da pobreza e distribuição

- Redução da inflação;
- **Transferências** de renda:
 - Aposentadorias (BPC, Rural...);
 - Bolsa Família e outras.
- Redução de discrepâncias no **mercado de trabalho**
 - Efeito dos aumentos (reais) do salário mínimo.
 - Produtividade
 - Desigualdade escolaridade;
 - Desigualdade remuneração por escolaridade;
 - Discriminação/Segmentação
 - Segmentação espacial – capital x interior, rural x urbano, regional;
 - Gênero e cor (não acontece nessas segmentações).
- Outras

A Escolaridade e o paradoxo do progresso

▪ Quantidade de escolaridade

- Diminuição da desigualdade pois média de escolaridade aumentou e se tornou mais igual;

▪ Diferenças de prêmio pela escolaridade caiu – explica parte importante da redução da desigualdade

- Há uma queda dos retornos relativos da educação (medidos por anos de escolaridade);
- Para alguns isto é contra intuitivo: Paradoxo do progresso (vemos na Alemanha a pequena diferença entre ensino superior e técnico).
 - Aumenta a oferta de mão de obra qualificada, diminui o prêmio.

O que explica a queda dos retornos da educação ?

- Existem 4 explicações potenciais para esta queda (não mutuamente exclusivas)
 - Políticas (governamentais ou ações de agentes da sociedade como sindicatos) de ampliação dos salários de base (salário mínimo) ;
 - Ampliação da oferta de pessoas mais escolarizadas;
 - Diminuição da demanda relativa por pessoas mais escolarizadas;
 - Degradação da qualidade das pessoas mais escolarizadas (queda da produtividade relativa).
- Até onde a Brasil cresceu e distribui renda do trabalho na década passada mas se acomodou a um padrão baixa produtividade e de baixa qualificação de mão de obra.

Criticas aos dados explicações

- Dados de distribuição funcional da renda não convergem
- **Governo Lula**: políticas bolsa família, salario mínimo etc
 - Mas :
 - Dívida pública grande e juros enormes;
 - Expansão do crédito ainda sim pagando juros altos;
 - Não alteração significativa sistema tributário.
- **Dados** - renda domiciliar – subestimação da renda dos mais ricos
 - Censo considera mais a renda oriunda do trabalho;
 - Não apreze rendas de capital...

Graphique 8.6. Part du Top 1% dans le revenu national , Etats-Unis 1910-2010



Sources: piketty.pse.ens.fr/capital21c.

Figure I.1. Income inequality in the United States, 1910-2010

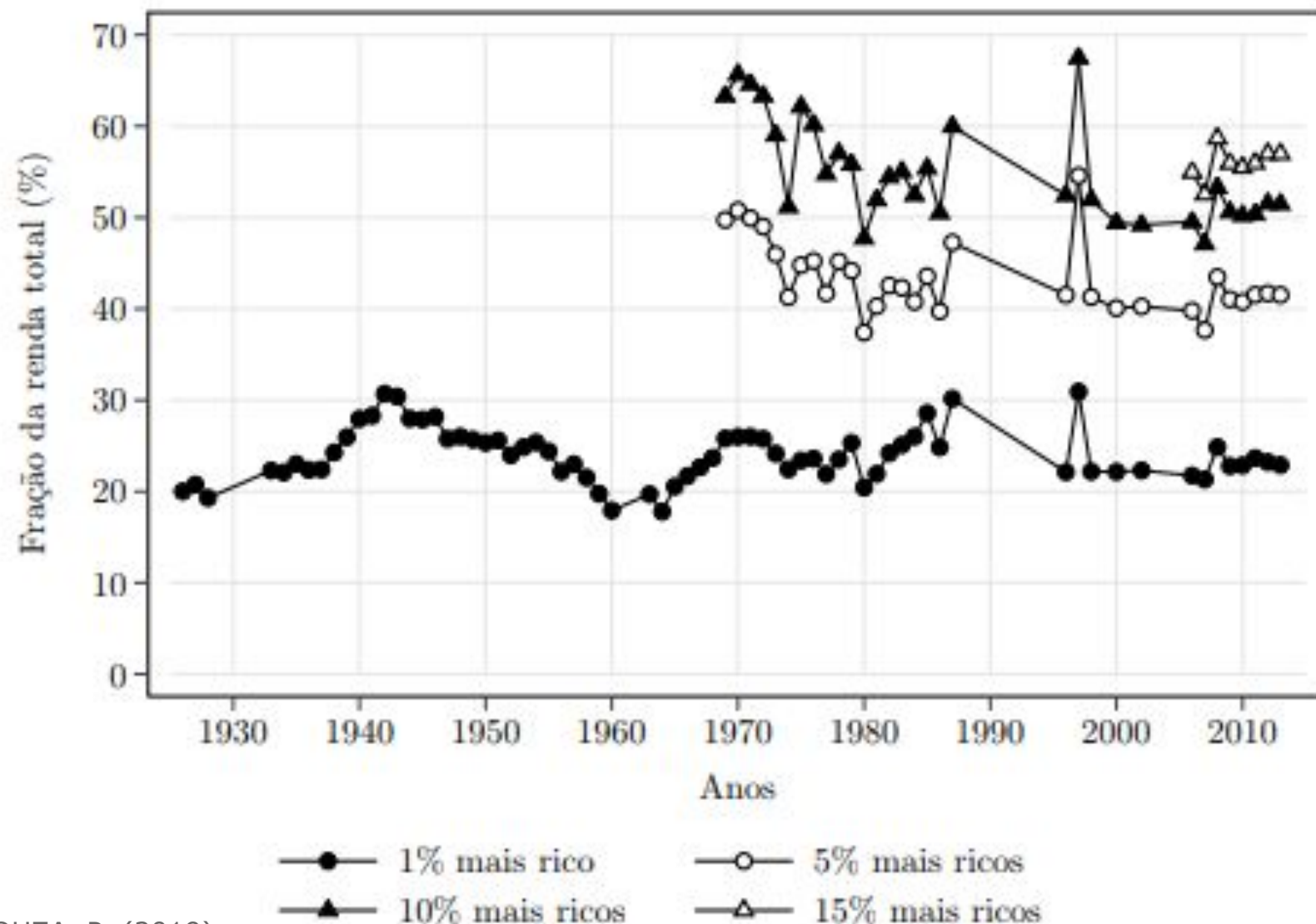


The top decile share in U.S. national income dropped from 45-50% in the 1910s-1920s to less than 35% in the 1950s (this is the fall documented by Kuznets); it then rose from less than 35% in the 1970s to 45-50% in the 2000s-2010s. Sources and series: see piketty.pse.ens.fr/capital21c.

Sources: piketty.pse.ens.fr/capital21c

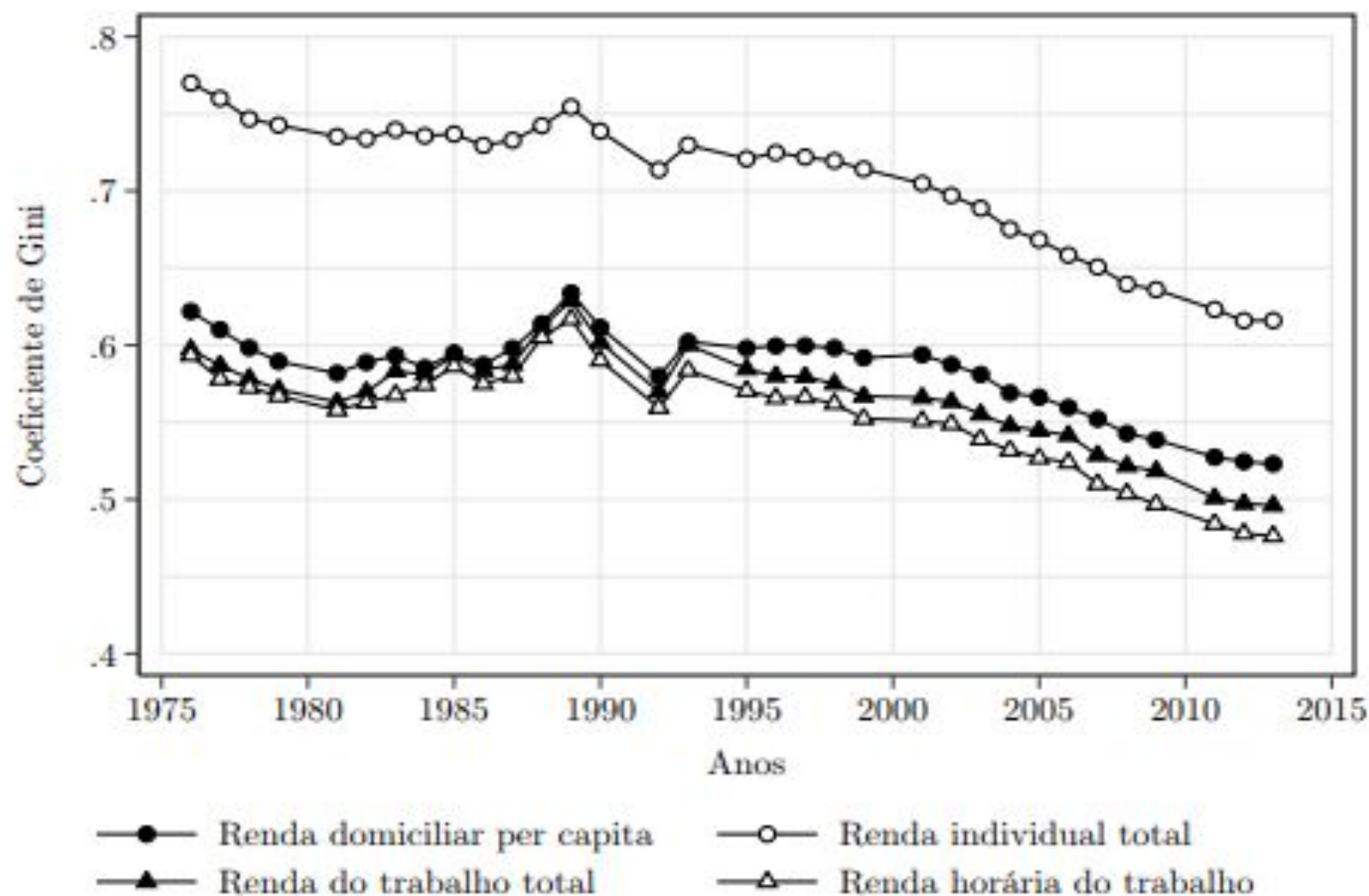
Figura 31. Fração da renda recebida pelos 1%, 5%, 10% e 15% mais ricos – Brasil, 1926–2013 (%)

SOUZA, P.
(2019) **Uma
história da
desigualdade: a
concentração
de renda entre
os Ricos no
Brasil (1926
-2013).**
São Paulo:
HUCITEC



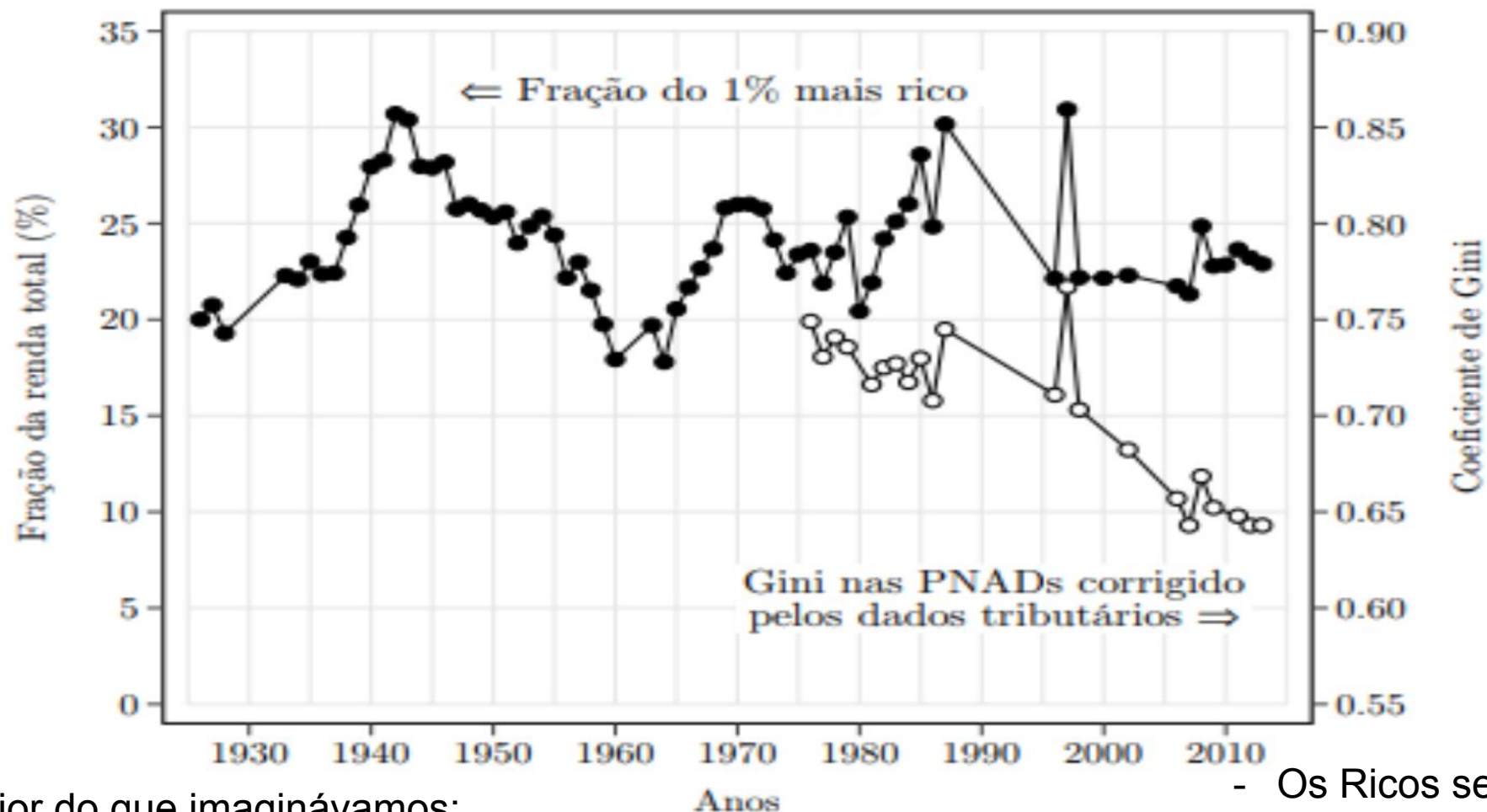
Fonte: SOUZA, P. (2019)

Figura 8. Coeficientes de Gini para a renda domiciliar *per capita*, renda individual total, renda total do trabalho e renda horária do trabalho principal – Brasil, 1976–2013



Fonte: SOUZA, P. (2019)

Figura 25. Fração do 1% mais rico e coeficiente de Gini corrigido pelos dados tributários – Brasil, 1926–2013



- Os Ricos seguem Ricos,
- Apertou no meio.

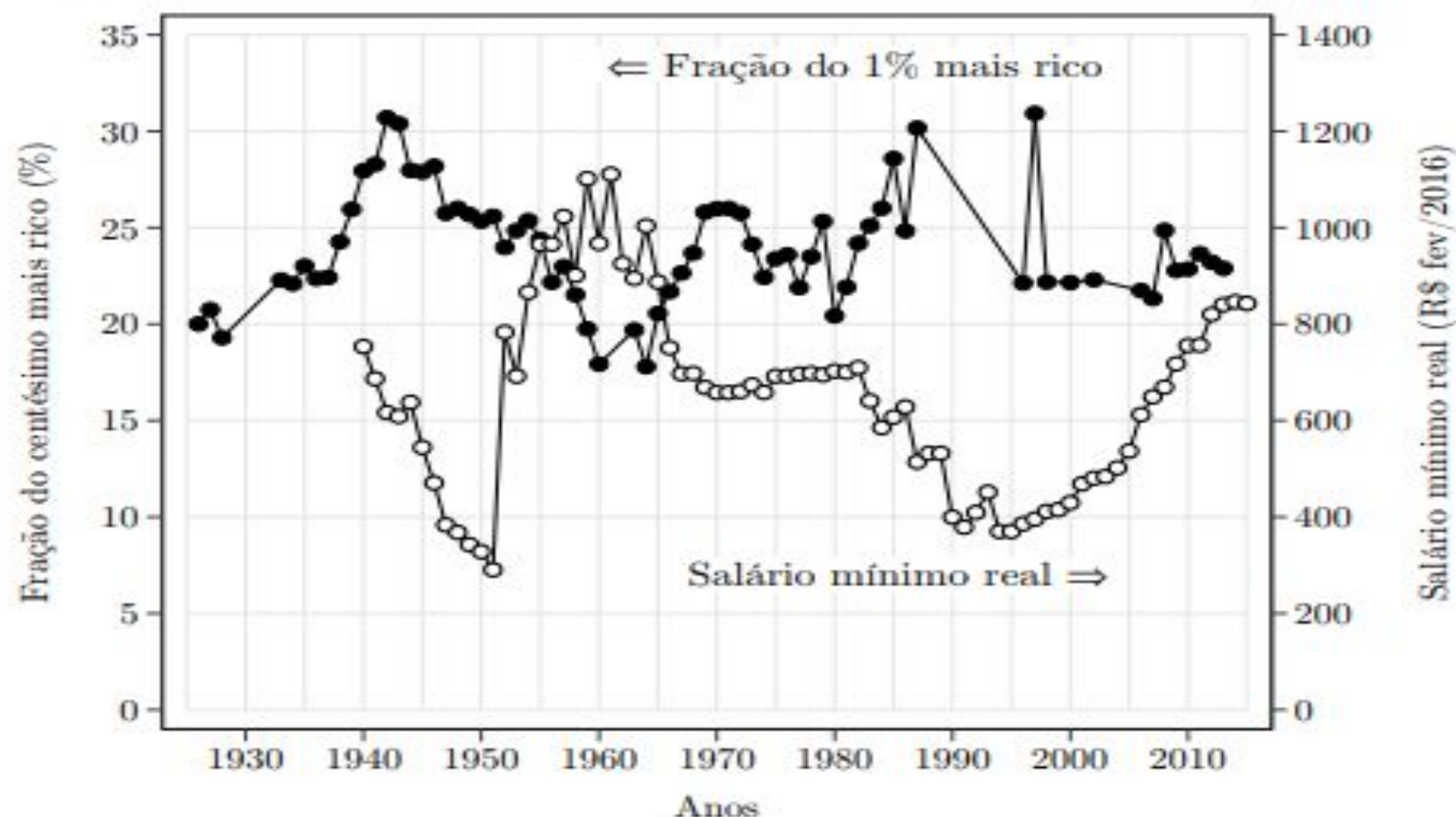
Fonte: elaboração própria a partir de tabulações de dados tributários, das Contas Nacionais e dos microdados das PNADs; ver capítulo 4.

N.B.: coeficiente de Gini da renda individual da população de 20 anos ou mais nas PNADs – exclusive áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste – corrigido pela fração dos 5% mais ricos nos dados tributários.

SOUZA, P.
(2019) **Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os Ricos no Brasil (1926-2013).**
São Paulo: HUCITEC

A Distribuição é pior do que imaginávamos:

Figura 58. Fração recebida pelo 1% mais rico e salário mínimo real (R\$ fevereiro/2016) – Brasil, 1925–2015 (%)



Fonte: elaboração própria a partir de tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais; ver capítulo 4; e Ipeadata.

N.B.: valores relativos ao maior salário mínimo vigente no país no período anterior à sua unificação (mai/1984).



A CRISE DE 2008 - 2009

Panorama Internacional: 2007/2008

- **Estouro da Bolha: reversão do crescimento**
 - meados de 2007 - origem mercado imobiliário – queda de preço de imóveis e aumento da inadimplência – perda de valor de operações associadas às hipotecas de alto risco (*subprime*)
 - Forte elevação do custo do crédito set/07; mar/08 e set/08
 - set 08: falência Lehman Brothers – crise contornos sistêmicos
- **Inadimplência e Efeito Riqueza**
 - Crise Financeira Sistêmica – crise de Confiança;
 - Crise de crédito, crise de liquidez: retração do consumo.
- **Crise inicia-se nos EUA mas se espalha**
 - Canais de Transmissão: Inter-relações financeiras, Comércio, Fluxo de Capitais
- **Insolvência nas famílias norte-americanas e parte das europeias**
 - Redução consumo, redução investimentos;
 - Dificuldades com desemprego.

Panorama Internacional: 2007/2008

- Estouro da Bolha: reversão do crescimento
 - meados de 2007 - origem mercado imobiliário – queda de preço de imóveis e aumento da inadimplência – perda de valor de operações associadas às hipotecas de alto risco (*subprime*)
 - Forte elevação do custo do crédito set/07; mar/08 e set/08
 - set 08: falência Lehman Brothers – crise contornos sistêmicos



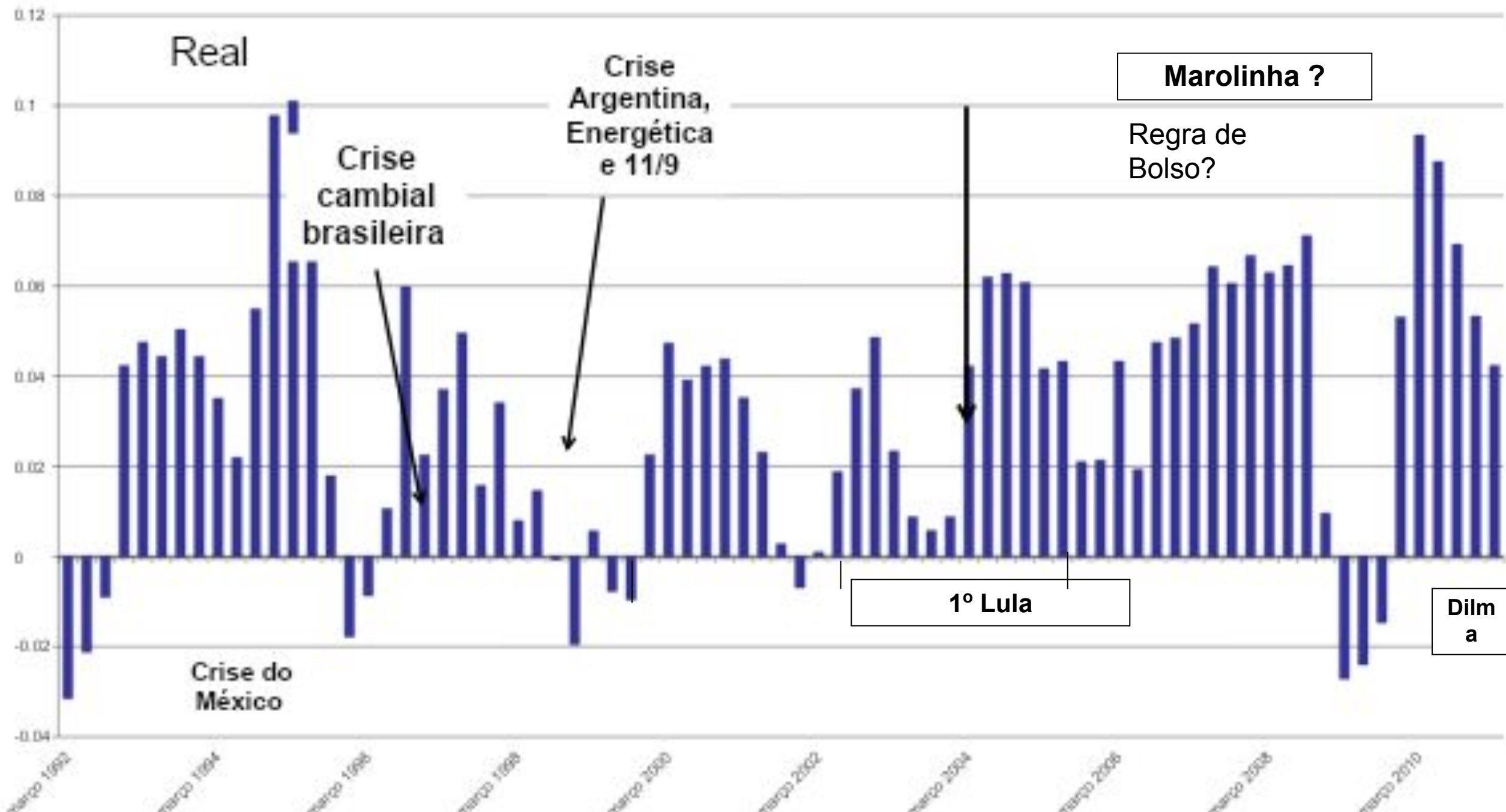
▪ Reação dos governos centrais

- Evitar espiral deflacionária e crise sistêmica
 - Socorro a bancos e instituições financeiras: Políticas monetárias ativas, juros baixos (quase zero);
 - Políticas fiscais ativas no início – recuperação da atividade.
- Evita ruína financeira total
 - Recuperação financeira (commodities);
 - Mas *pequeno efeito sobre atividade* (protestos)

▪ Problemas nas finanças públicas: déficits, dívidas

- Crise dívidas soberanas, alguns países problemáticos
 - Europa: alguns aumentos de juros e pol. fiscal contracionista (PIGS);
 - EUA – ativismo monetário;
- Agentes privados: continuam reduzindo suas dívidas;
- Crescimento medíocre.

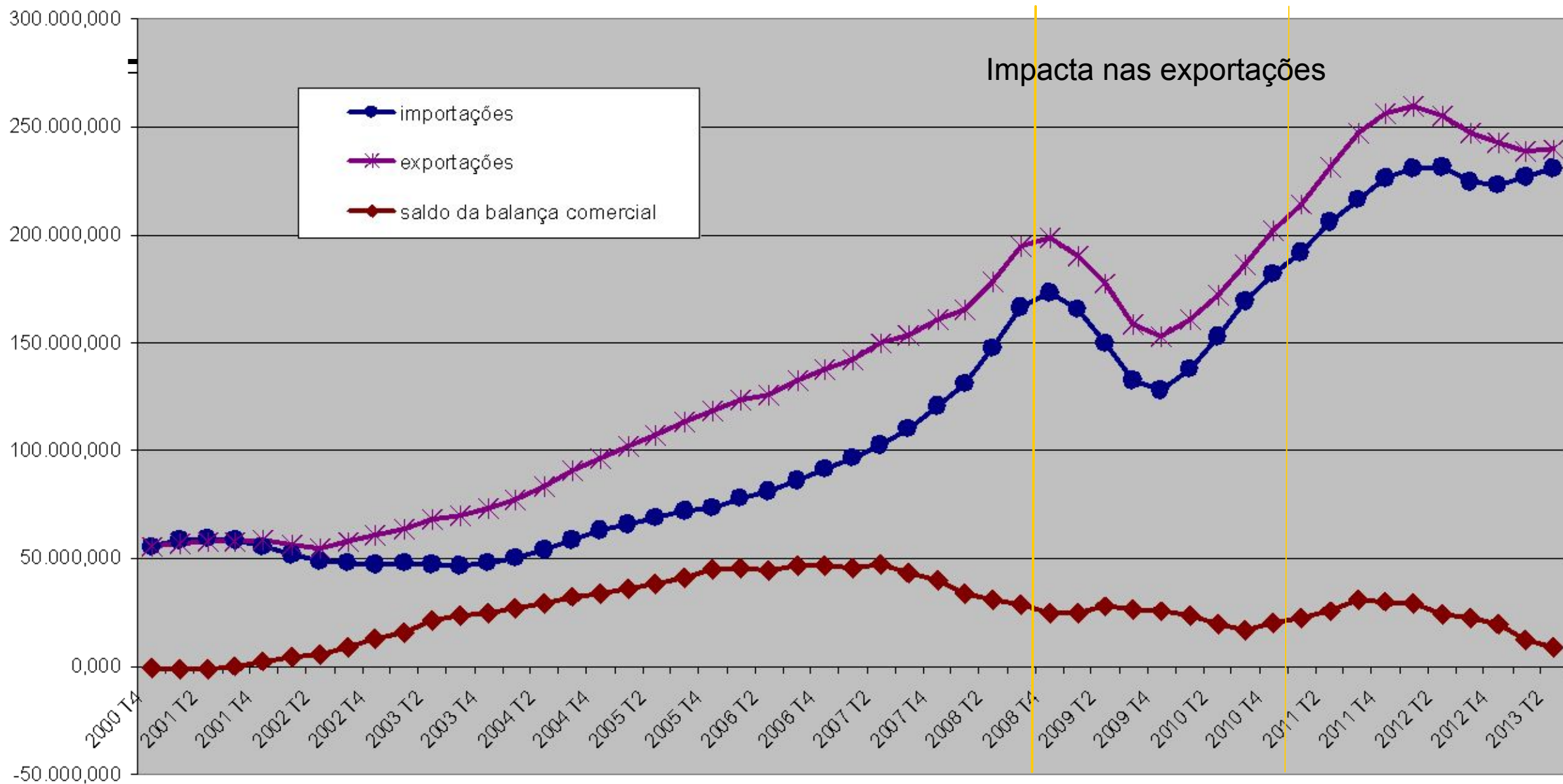
Variação trimestral do PIB (trim x trim ano anterior) 1992 – 2011



Brasil

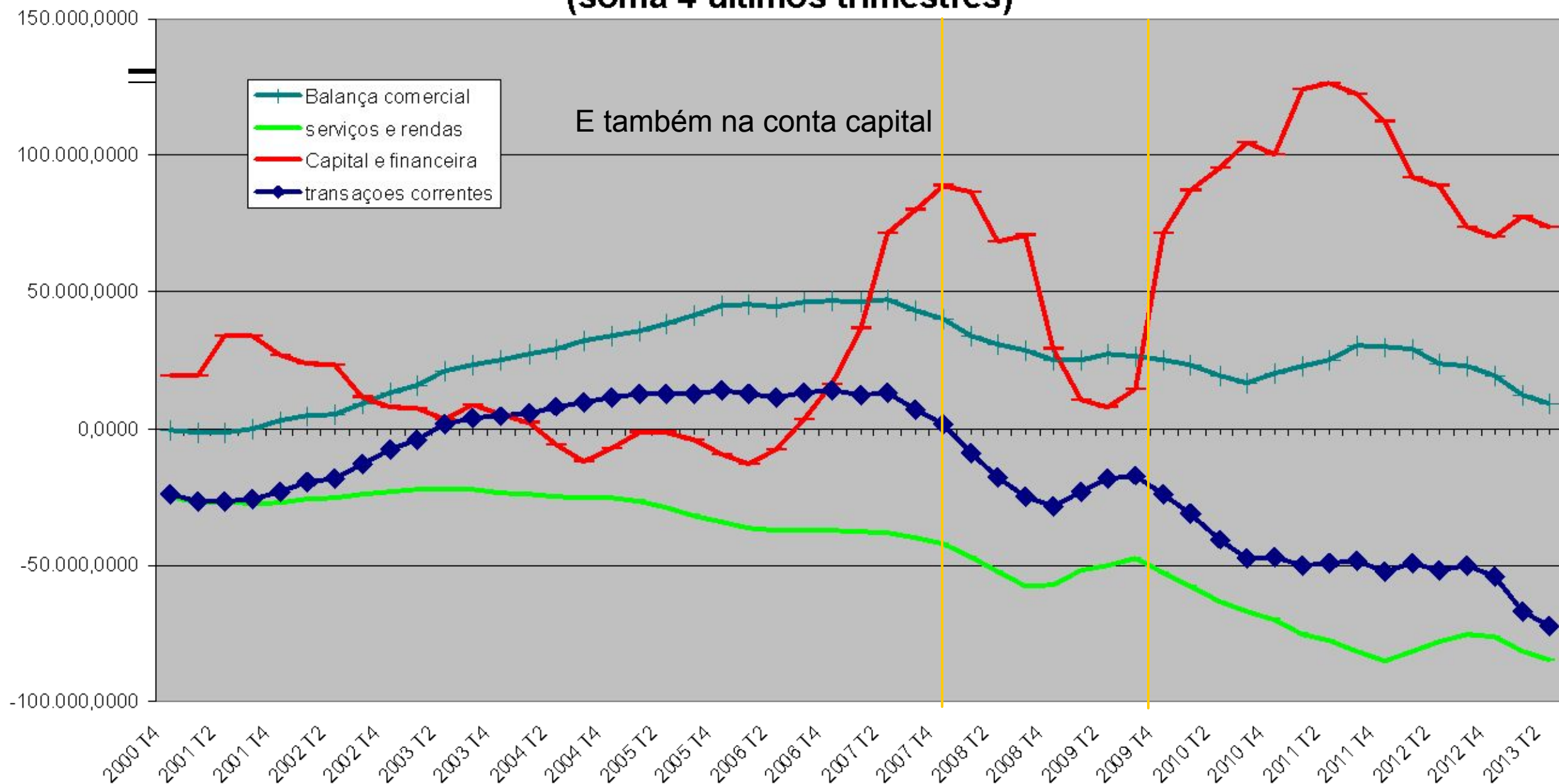
- **Crise veio**: último trimestre de 2008
- **Dois canais** externos:
 - comércio (direto e preço de commodities);
 - financeiro (retração do fluxo de capitais e saída de recursos).
- **Efeitos internos iniciais**
 - Queda das exportações, dificuldade com certos financiamentos (restrições de crédito externo)
 - Problemas com a desvalorização cambial em certas empresas (Sadia);
 - Contração creditícia interna;
 - Queda dos investimentos (junto com queda das exportações) – queda DA.

Balança comercial Brasileira 4 Trimestres de 2000 - 2 trimestres de 2013
(soma dos 4 ultimos trimestre s)

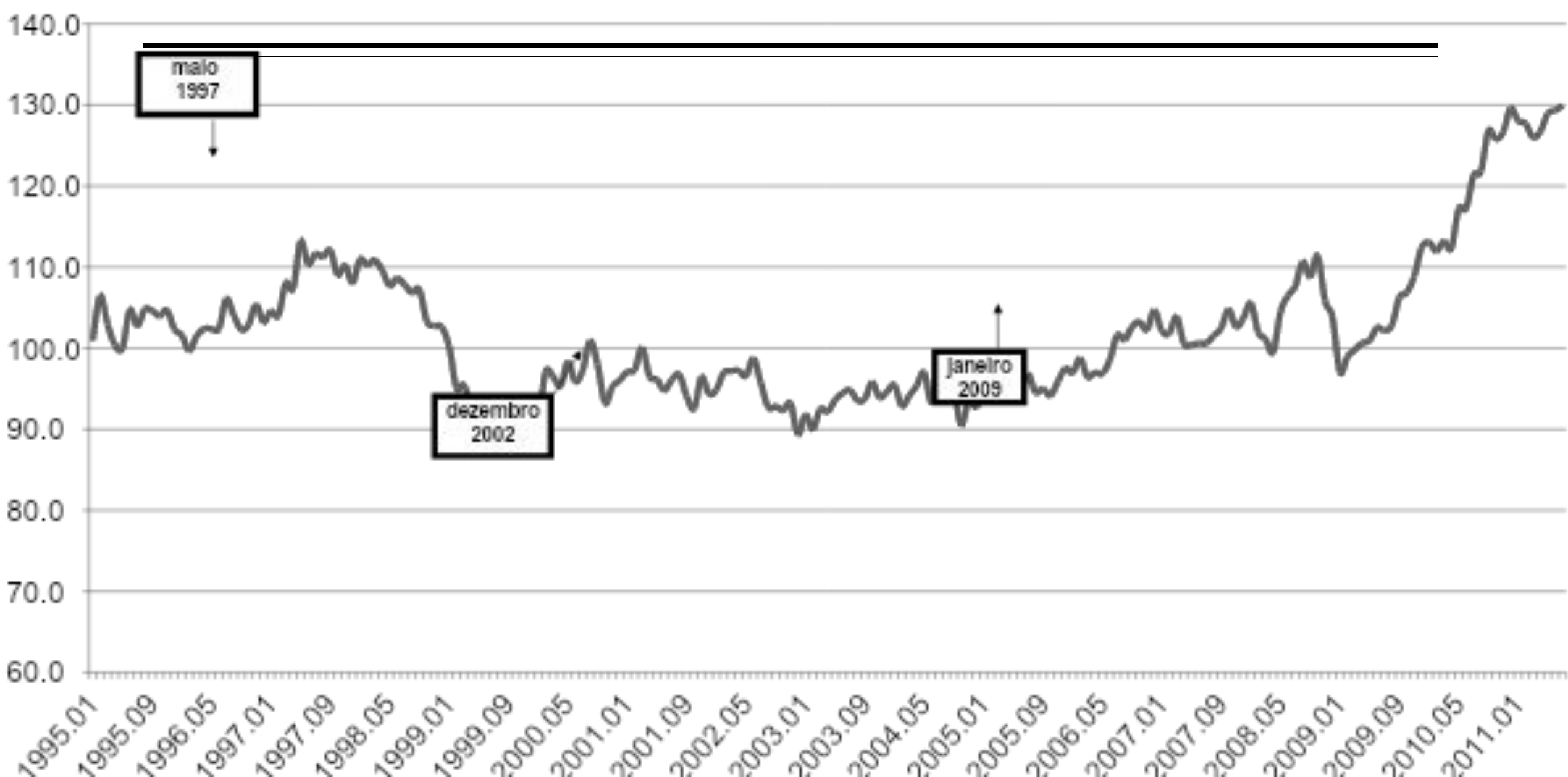


Balanco de pagamentos brasileiro 4T 2000 a 2 T 2013

(soma 4 ultimos trimestres)



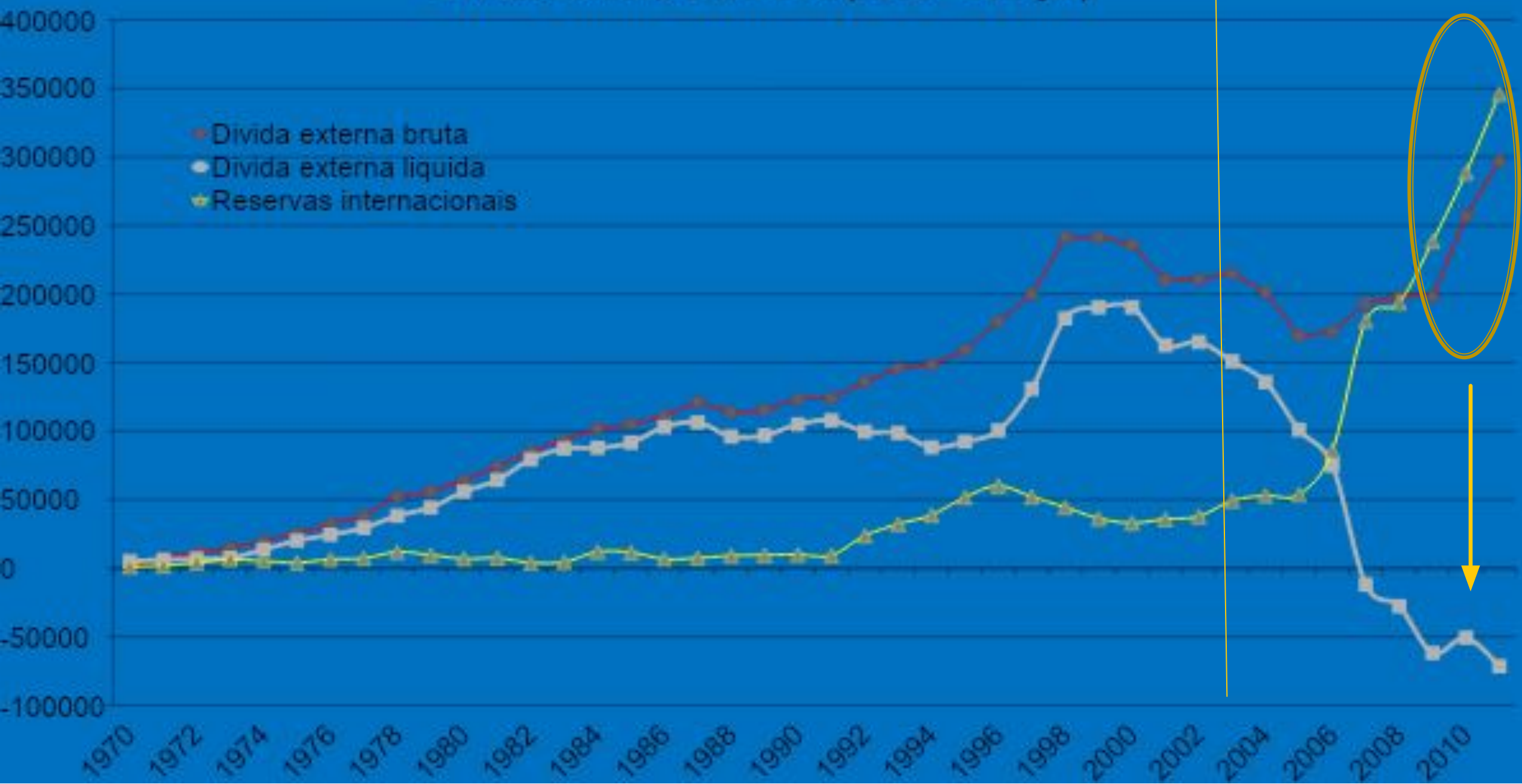
Termos de trocas - Brasil mensal janeiro 1995 - julho 2011



Brasil: Melhor Situação do que o resto do Mundo?

- Menor exposição externa
 - Passivo externo menor (negativo);
 - Menor dependência comercial do setor externo (14% do PIB – exportações) em relação aos outros países
- Reservas elevadas (dívida líquida negativa)
 - Ver gráfico

Divida externa brasileira (1970 - 2011jul)



Brasil: Melhor Situação do que o resto do Mundo?

- Menor exposição externa
 - Passivo externo menor (negativo);
 - Menor dependência comercial do setor externo (14% do PIB – exportações) em relação aos outros países
- Sistema Financeiro mais robusto (menos exposto)
 - com forte presença do setor público
- Situação monetária e taxa de juros elevada – flexibilidade para ação

Reação do Governo

- Política fiscal contracíclica (redução dos superávits nominais)
 - Manutenção de gastos (programas assistenciais) e investimentos públicos (PAC, estatais – Petrobras)
 - Até algum aumento – entra em cena Minha Casa Minha Vida, ampliação do seguro desemprego;
 - Isenções fiscais – IPI automóveis, linha branca e outros bens de consumo (moveleira);

Reação do Governo

Prorrogação da alíquota de IPI de veículos (válida até 31 de outubro)

Carros de montadoras instaladas no país

		ALÍQUOTA ANTERIOR		ALÍQUOTA ATUAL
	Até mil cilindradas (1.0)	7%	→	0
	De mil cilindradas (1.0) a duas mil cilindradas (2.0) álcool e flex	11%	→	5,5%
	De mil cilindradas (1.0) a duas mil cilindradas (2.0) gasolina	13%	→	6,5%
	Veículos utilitários	4%	→	1%

Carros importados de fora do Mercosul e México

		ALÍQUOTA ANTERIOR		ALÍQUOTA ATUAL
	Até mil cilindradas (1.0)	37%	→	30%
	De mil cilindradas (1.0) a duas mil cilindradas (2.0) álcool e flex	41%	→	35,5%
	De mil cilindradas (1.0) a duas mil cilindradas (2.0) gasolina	43%	→	36,5%
	Veículos utilitários	34%	→	31%

Confira as principais medidas anunciadas pelo governo

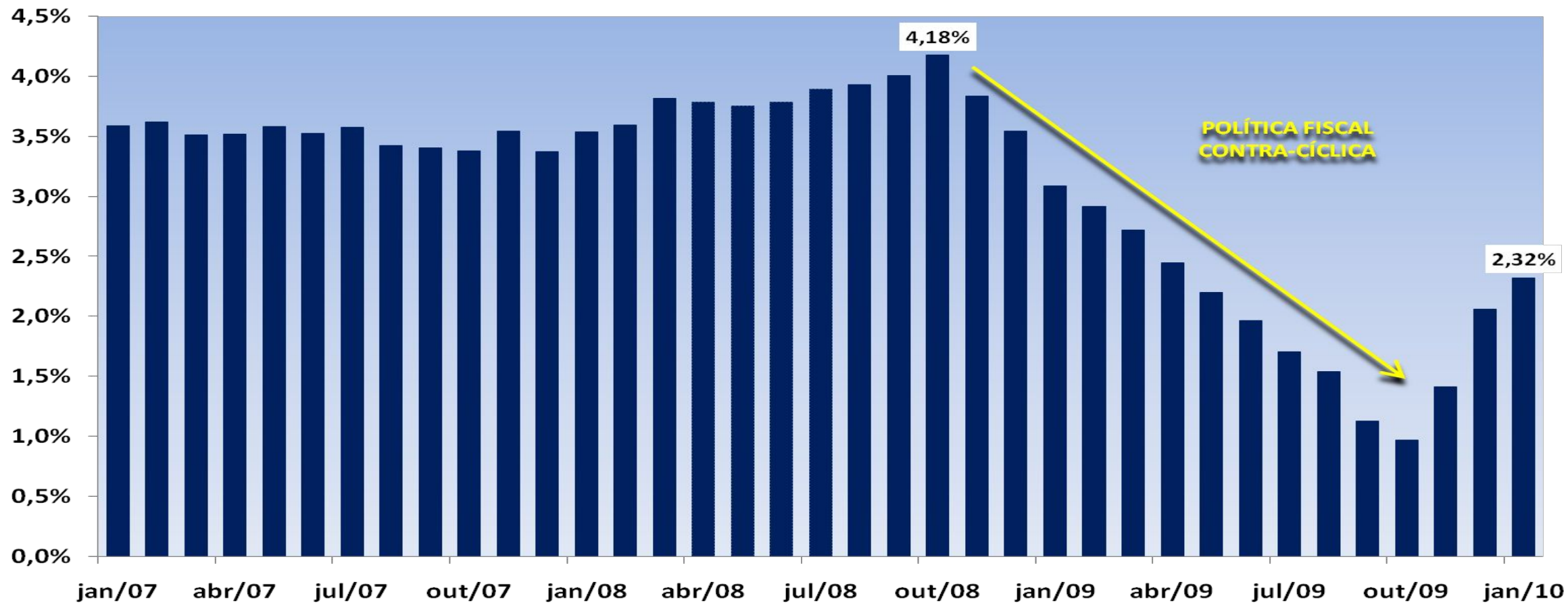
Prorrogação da alíquota de IPI (válido até dezembro)

		ALÍQUOTA ANTERIOR		ALÍQUOTA ATUAL
	Móveis	5%	→	0
	Laminados	5%	→	0
	Luminárias e lustres	15%	→	5%
	Painéis de madeira	5%	→	0
	Fogão	4%	→	0
	Máquina de lavar	20%	→	10%
	Geladeira	15%	→	5%
	Tanquinho	10%	→	0

O desempenho primário do Setor Público

Resultado Primário

acum.12 meses - % PIB

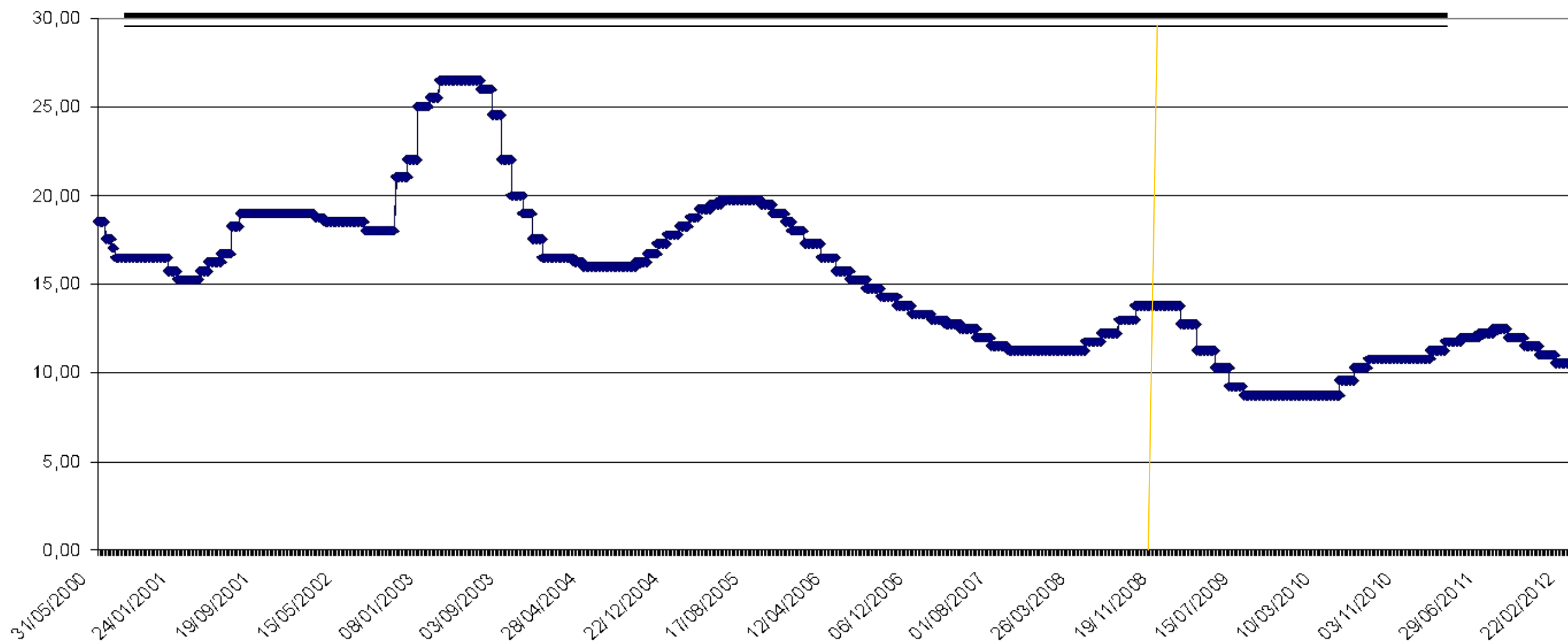


Fonte: BCB.

Reação do Governo

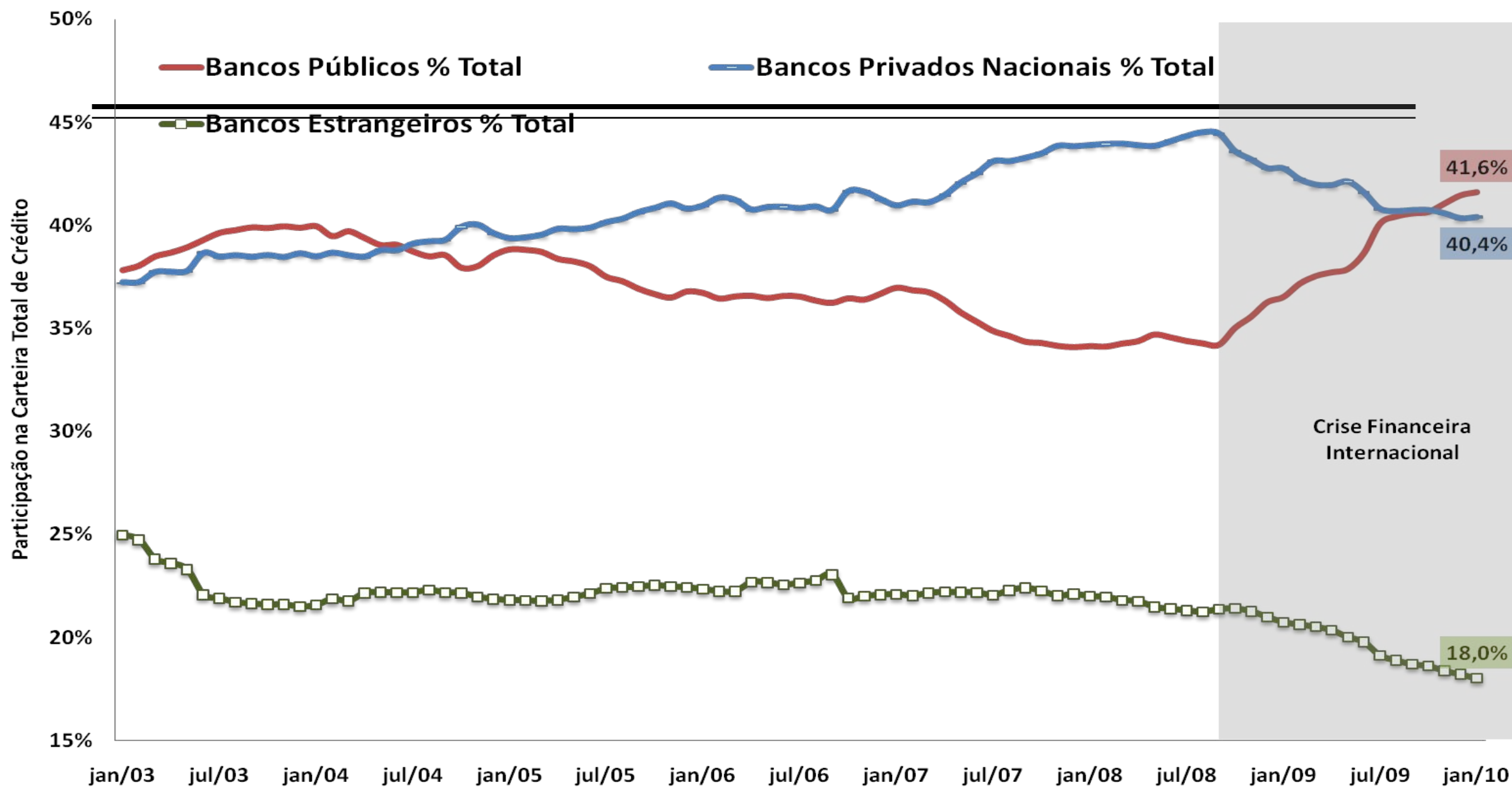
- Política fiscal contracíclica (redução dos superávits nominais)
 - Manutenção de gastos (programas assistenciais) e investimentos públicos
 - Isenções fiscais – IPI automóveis, linha branca e outros bens de consumo
- Questão federativa
 - Evitar que restrição de gastos público estadual por conta da LRF
 - Mantém acordos e transferências que vinham do gov. Federal.
- **BACEN**
 - Financiamento via reservas;
 - Diminuição dos Compulsórios e ajuda a bancos;
 - Críticas: demora para queda dos juros – empossamento de liquidez

Taxa de juros - SELIC - fixada pelo COPOM junho 2000 - fevereiro 2012



Reação do Governo

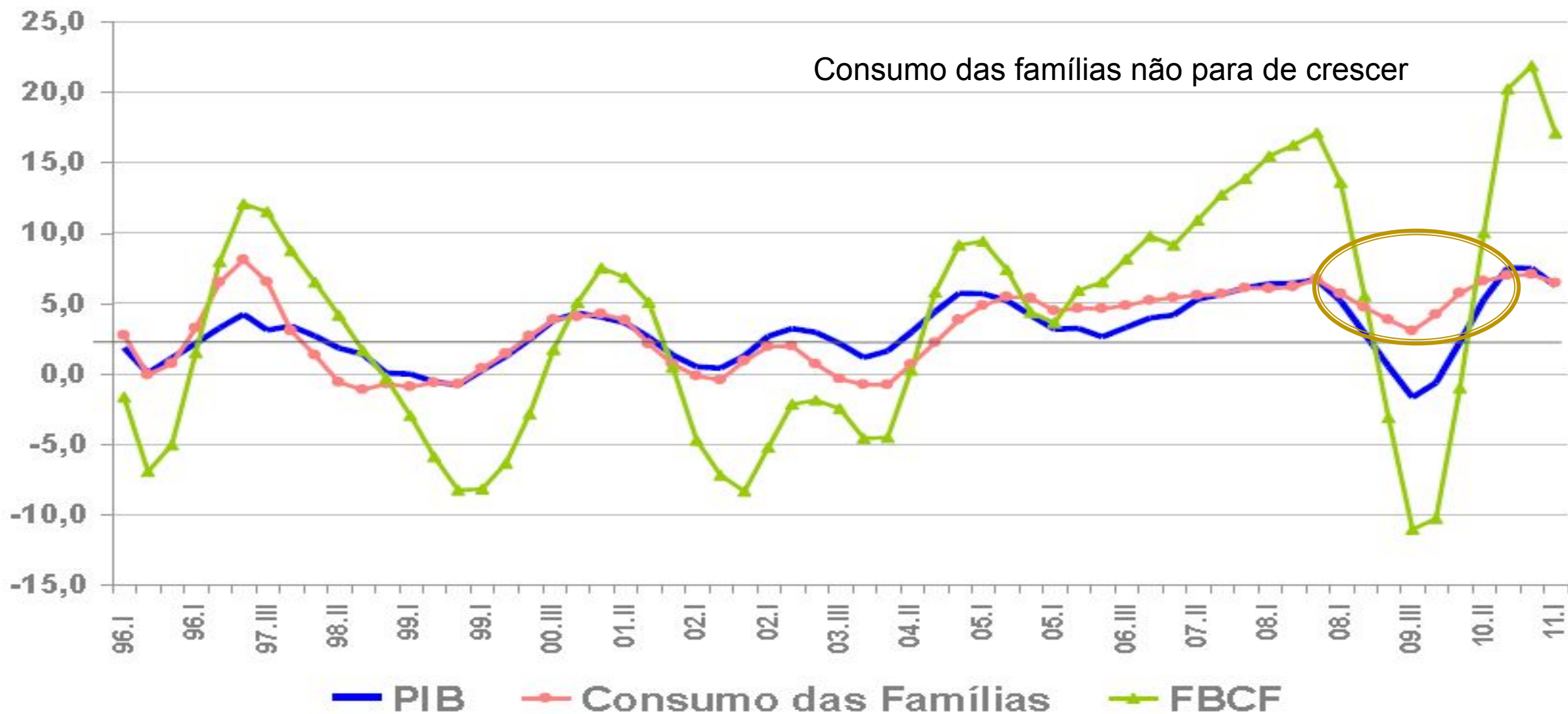
- Ampliação do financiamento público - BNDES, BB e Caixa
 - linhas com juros subsidiados;
 - ampliação linhas tradicionais;
 - Atuação no interbancário (ver gráfico).



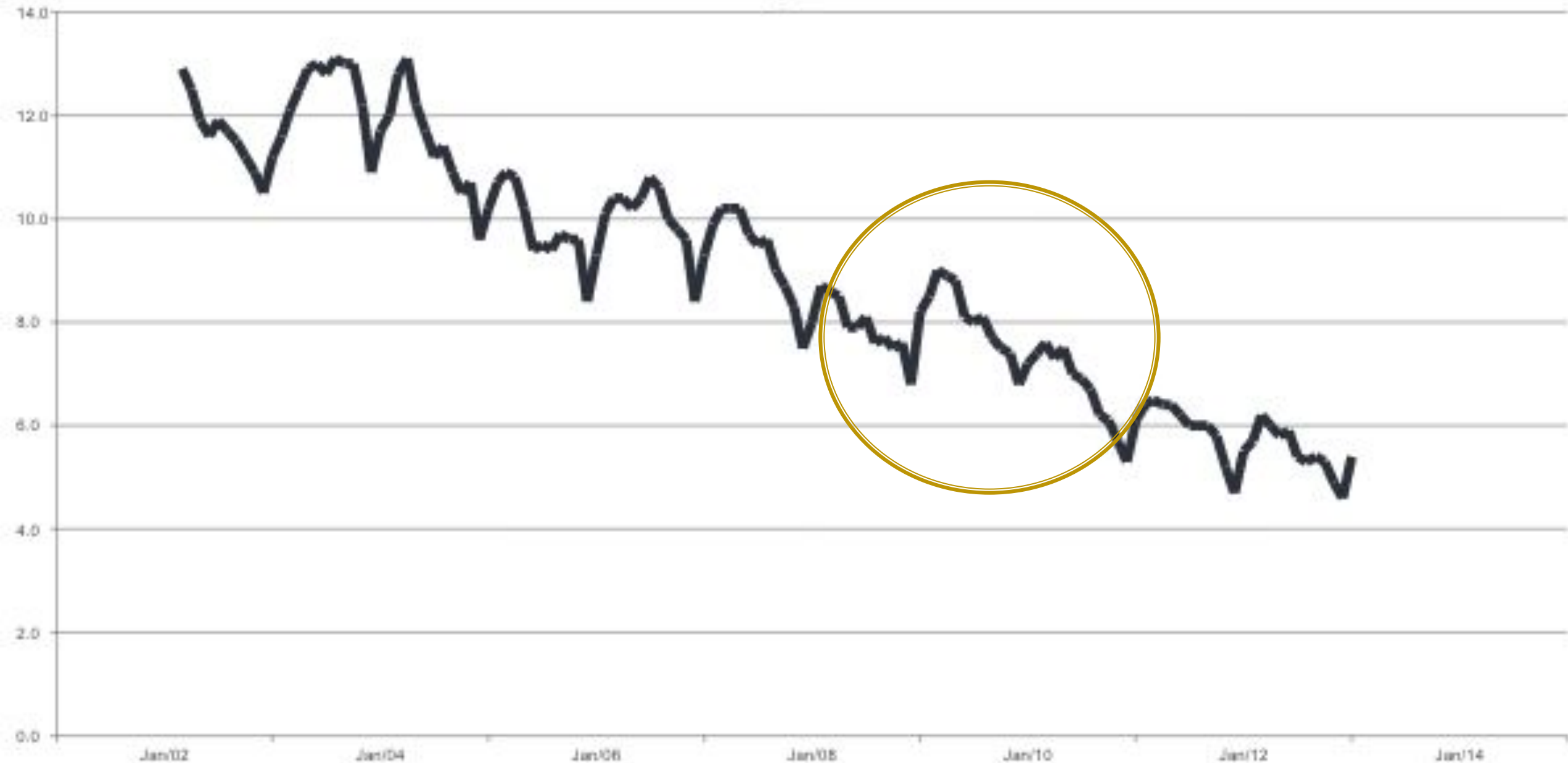
Brasil

- Melhor Situação do que o resto do Mundo?
 - Menor exposição externa
 - Passivo externo menor (negativo)
 - Menor dependência comercial do setor externo (14% do PIB – exportações) em relação aos outros países
 - Sistema Financeiro mais robusto (menos exposto)
 - com forte presença do setor público
 - Situação monetária e taxa de juros elevada – flexibilidade
- Reação do Governo
 - Forte elevação do consumo do governo, isenções fiscais, política fiscal contracíclica (redução dos superávits nominais)
 - BACEN
 - financiamento via reservas
 - Liberação de compulsórios e ajuda a bancos
 - Ampliação do financiamento público
- Mercado interno (consumo das famílias pouco afetado)

GRÁFICO - Comparação PIB x Consumo das Famílias x FBCF
Taxa (%) acumulada em quatro trimestres



Taxa de desocupação Brasil : mar 2002 - janeiro 2013



Pós-crise: o último ano

- Forte retomada da atividade econômica em 2010 que não se sustentou
 - A partir de 2011 – queda da crescimento –
- Retomada inicial (*over reaction*): cresce 7,5% a.a.
 - Novo choque de commodities e crescimento das exportações
 - Expansão ainda maior das importações
 - Piora BTC mas forte entrada de capital;
 - Investimento e recomposição e estoques
- Volta pressão sobre preços

Crescimento econômico: taxas de crescimento (% a.a.)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	0,87
PIB Indústria	1,28	7,89	2,08	2,21	5,27	4,07	-5,6	10,4	1,5	-0,8
PIB Agropecuária	5,81	2,32	0,30	4,80	4,84	6,32	-3,1	6,3	3,9	-2,3
PIB Serviços	0,76	5,00	3,68	4,24	6,14	4,93	2,12	5,49	2,7	1,65
Construção Civil	-3,28	6,58	1,78	4,68	4,88	7,92	-0,7	11,6	3,6	1,41
Consumo das famílias	-0,78	3,82	4,47	5,20	6,07	5,67	4,44	6,94	4,0	3,07
Cons da Adm. Pública	1,15	4,09	2,30	2,58	5,13	3,17	3,11	4,23	1,9	3,20
Form. bruta de capital fixo	-4,59	9,12	3,63	9,77	13,8	13,5	-6,7	21,3	4,7	-4,0
Exportações	10,4	15,2	9,33	5,04	6,20	0,55	-9,1	11,5	4,4	0,47
Importações	-1,62	13,3	8,47	18,4	19,8	15,3	-7,6	35,8	9,7	0,23